

Orlanda Fernandes Gomes

CUSTOS E FINANCIAMENTO DO ENSINO BÁSICO

CONCELHO DA PRAIA



LICENCIATURA EM GESTÃO E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO

ISE, 2006

Orlanda Fernandes Gomes

CUSTOS E FINANCIAMENTO DO ENSINO BÁSICO

**Trabalho Científico apresentado ao ISE para obtenção do grau de
Licenciatura em Gestão e Planeamento da Educação sob a orientação do
Dr. José Lino da Veiga Silva**

**Trabalho científico apresentado ao Instituto Superior da Educação
aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Conselho Científico,
como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em Gestão e
Planeamento da educação área Gestão e Planeamento da educação**

O Júri

Praia ____/____/____

Dedicatórias

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, com muito amor, carinho e principalmente, pelos sacrifícios e compreensão que demonstraram durante a sua elaboração.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a minha avó pelo apoio moral que me deu durante todo o meu percurso nesse curso.

Ao meu orientador, Dr. José Lino da Veiga Silva, técnico do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Educação e Ensino Superior, Dr. Salomão Furtado, Director Geral da Administração do Poder Local, aos meus amigos Dr. Daniel Vieira professor no Liceu Domingos Ramos, o Sr. Luís Gastão Frederico e o Sr. Daniel Santos pela paciência e ensinamentos práticos que me serviram para a concretização deste trabalho.

INDICE

Sumario	8
Introdução	9
Objectivos:.....	10
Contextualização/Justificação	11
Metodologia.....	12
CAPITULO I. ENQUADRAMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DE CABO VERDE	13
1.1 . Aspectos físicos e demográficos	13
CAPITULO II.O SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO	15
2.1 . Estrutura e Organização.....	15
2.2 Acesso, participação e eficácia do sistema educativo	18
CAPITULO III: EDUCAÇÃO E PLANEAMENTO.....	22
3.1 Importância do planeamento na tomada de decisão	22
3.2. Os conceitos de custos e a sua aplicação.....	25
3.3. Analise custo/ benefício	26
3.4. Os determinantes dos custos da educação.....	28
CAPITULO IV. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	30
4.1. Financiamento da educação no mundo	33
4.2. O Financiamento da Educação em Cabo Verde.....	35
4.2.1. Financiamento Interno	36
4.2.2. Financiamento Externo	37
4.3. Os intervenientes nos custos da educação	38
4.3.1. Estado	38
4.3.2. Famílias	40
4.3.3. ONG'S	41
CAPITULO V. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA	43
5.1. Caracterização Geral da Cidade da Praia	43
5.2. Analise dos resultados do inquérito e entrevista	45
5.3. Analise dos Resultados da Amostra	47
5.4. Analise das variáveis	49
5.5. Análise da contribuição da Acção Social Escolar (ICASE)	51
5.6. Análise da contribuição das delegações Escolares.....	55

5.7. Análise da contribuição dos Pólos Educativos.....	56
CAPITULOVI. CONCLUSÃO/ RECOMENDAÇÕES (PROPOSTAS DE MELHORIA) ...	59
6. 1 Recomendações/Propostas de melhoria.....	61
BIBLIOGRAFIAS.....	63
ANEXOS.....	66

Sumario

As exigências do mundo actual e do processo de desenvolvimento, reclamam por um sistema educativo, capaz de promover um ensino de qualidade e gerar competências, familiarizado com as novas tecnologias e avanço das ciências e acima de tudo cada vez mais sintonizado com as necessidades do desenvolvimento socio-económico.

O presente trabalho – **Custo e Financiamento do Ensino Básico** – E.B. pretende promover uma reflexão sobre algumas questões que se colocam no domínio da educação, nomeadamente o seu relacionamento com as fontes de financiamento, principalmente as do E.B. e a gestão das despesas/custos do sector.

Assim, estruturando em capítulos, tivemos a oportunidade de fazer um enquadramento geral do concelho em estudo – Praia – realçando alguns aspectos fundamentais como demografia, situação geográfica, relevo predominante, etc. etc. Ainda, realça-se o tratamento de outros aspectos relacionados, designadamente com o Sistema Educativo Cabo-verdiano, sua estrutura e organização, com as formas do financiamento da educação no Mundo e em particular em Cabo Verde, com a importância do planeamento para a escolha de políticas de desenvolvimento do sector de educação, entre outros.

Pretende-se ainda demonstrar o papel dos diferentes intervenientes no financiamento da educação, bem como as suas participações na estrutura dos custos educativos.

A investigação desenvolvida ao longo da preparação deste relatório permite-nos concluir que os Poderes Públicos continuam a assumir parte substancial dos custos da educação, através do Orçamento de Estado. O ensino básico, enquanto nível de educação obrigatório e gratuito, vê o seu financiado, na quase totalidade, garantido pelo Estado, salvo algumas prestações das famílias e outras entidades que também actuam a esse nível, nomeadamente os Municípios, o ICASE, entre outras instituições.

Outra questão central, não menos senão a mais importante, e que deve merecer uma profunda reflexão, prende-se com a sustentabilidade do sistema educativo. A sustentabilidade do sistema educativo constitui um dos maiores desafios para Cabo Verde no quadro do seu processo de desenvolvimento.

Introdução

O tema proposto para a dissertação de Licenciatura diz respeito a “*Custos e Financiamento do Ensino Básico no concelho da Praia*”. A análise incide sobre as principais características socio-económicas dos pais e/ou encarregados de educação.

A década de 90 do século passado tem um significado importante para a educação em Cabo Verde, pois, trata-se de um período de profundas mudanças ocorridas ao nível do sistema educativo, em resposta a grande procura da educação por parte da população.

Os custos da educação são suportados através do orçamento do estado. Todavia, os recursos orçamentais são cada vez mais escassos e a necessidade de estabelecer o equilíbrio macroeconómico e a consequente política de redução das despesas públicas e do peso crescente dos encargos com a dívida pública são alguns dos factores que explicam a limitação dos mesmos para o sector. Sendo a educação detentora, normalmente, de um peso significativo nos Orçamentos do Estado, ela é particularmente sacrificada pela conjuntura marcada por situações de dificuldades económicas e financeiras

Neste contexto, é fundamental estabelecer os mecanismos apropriados que possam mobilizar os necessários recursos para o desenvolvimento da educação, ao mesmo tempo que se deve insistir numa gestão racional e de qualidade, com eficiência e eficácia, dos recursos humanos, material e financeiro, promovendo maior articulação/integração entre o planeamento e a gestão dos recursos, sem, contudo, comprometer os objectivos fixados para o desenvolvimento do sistema educativo.

A administração dos estabelecimentos de ensino, designadamente, os públicos, deve procurar uma melhor forma de utilizar os meios que lhes são disponibilizados para que possam concretizar suas acções e alcançar os objectivos preconizados. Por isso a responsabilização de todos nesse processo é indispensável para obtenção de resultados eficazes. Por outro lado, é fundamental assegurar um controlo real das despesas, reforçando assim a capacidade de análise sobre os custos da educação. De facto uma boa gestão financeira implica saber antever as necessidades e velar pela utilização eficaz dos Recursos Humanos.

Objectivos:

De um modo geral, constitui, objectivo deste trabalho analisar a estrutura de custos e financiamento do Ensino Básico Integrado em Cabo Verde mais concretamente no concelho da Praia.

Como objectivos mais específicos propõe-se:

- ✓ Medir o esforço económico dos pais e/ou encarregados de educação nas despesas escolares;
- ✓ Aferir a contribuição das entidades locais nos custos da educação básica;
- ✓ Compreender a relação entre os níveis socio-económico dos pais e/ou encarregados de educação e sucesso /insucesso escolar dos filhos;
- ✓ Conhecer os factores de insucesso escolar;
- ✓ Correlacionar o insucesso escolar das crianças com o nível de vida das famílias;
- ✓ Conhecer as formas de gestão da escola em relação às crianças mais carenciadas;
- ✓ Evidenciar constrangimentos e propor estratégias de actuação que possibilitem melhorias na participação dos custos de educação.

Deste modo, o trabalho pretende fornecer informações para planear e conduzir acções locais de desenvolvimento e produzir um diagnóstico de participação dos pais nos custos educacionais dos seus filhos.

Contextualização/Justificação

As razões da escolha deste tema prendem-se com o desejo de aplicar as técnicas de planeamento da educação adquiridas durante o curso, tendo como ponto fulcral os custos educativos e o seu financiamento de forma sustentável.

O Ministério da Educação e Ensino Superior tem manifestado a necessidade de aprofundar estudos acerca do financiamento da educação e a sua sustentabilidade, visto que, o tema constitui um dos principais desafios a vencer nesta década em curso.

A educação é uma área de investimento que pode propiciar benefícios sociais que asseguram uma distribuição de renda mais igualitária, crescimento económico, desenvolvimento social e humano e ainda proporcionar aos cidadãos um trabalho melhor qualificado. Ela é fundamental ao desenvolvimento. Todavia, a educação isolada de outros interventores (planificadores, comunidade educativa etc.) não permite assegurar um crescimento sustentável. Por isso o custo da mesma é uma das problemáticas que vem preocupando todos aqueles que estão interessados no sucesso dos educandos. Entretanto, o custo da educação deve ser partilhado e responsabilizado por todos.

A escolha do tema acima referido é para a realização do presente trabalho de memória como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em **Gestão e Planeamento da educação**, variante (Gestão e Planeamento), pelo **Instituto Superior da Educação** em Cabo Verde, argumenta-se pela necessidade de melhorar o modelo do planeamento e participação das diferentes instituições nos custos educativos. É universalmente admitido que a educação é uma forma de investimento humano, que procura benefícios económicos e contribui para a prosperidade de um país, assente na capacidade de produção dos seus habitantes. Assim, os investimentos feitos em favor da educação contribuem virtualmente para o crescimento económico.

O projecto tem como propósito disponibilizar aos decisores, tanto nacionais como as entidades locais uma maior e melhor participação na busca de soluções adequadas, sensibilizar todos os intervenientes da educação para acções de cooperativismo, visando promover mais oportunidades de acesso aos mais desfavorecidos

A importância deste trabalho vai no sentido de colmatar os défices documentais num contexto de estrangimentos estruturais com efeitos negativos sobre a qualidade, a equidade geográfica e social no acesso, permanência e pertinência socio-económico da educação.

Tem ainda o propósito de facultar os instrumentos de apoio aos diferentes actores de desenvolvimento na definição e implementação de políticas e programas que visam reduzir os

efeitos dos custos educacionais das famílias carenciadas, mostrando aos agentes educativos quão importante é o investimento na educação dos filhos. Assim, conseguir-se-á recursos humanos cada vez mais capacitados, para de uma forma ou de outra contribuir para o desenvolvimento não só da sua comunidade em particular mas também de Cabo Verde em geral.

Constata-se que, apesar das medidas tomadas, ainda existem um considerável número de crianças fora do sistema escolar, sobretudo nas zonas urbanas onde o abandono é cada vez maior.

O trabalho desenvolvido no decorrer do Estágio Profissional realizado na Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior (Concelho da Praia) MEES, permitiu-me confrontar com problemas de ordem financeira, principalmente no que se refere ao financiamento das acções desenvolvidas em prol do Ensino Básico. Esse facto despertou o meu interesse pelo tema e com o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa, revelar a importância e o grau de participação dos diferentes agentes nos custos educativos

Metodologia

A metodologia utilizada segue os pressupostos estabelecidos para elaboração de qualquer trabalho de investigação a desenvolver no final do curso.

A abordagem metodológica proposta para a materialização da investigação pretendida visa essencialmente atingir os objectivos a que se propôs atingir.

- Contactos directos com os pais e/ou encarregados de educação para recolha de informação sobre as condições socio-económica dos mesmos e da forma de contribuição nos custos da educação escolar dos seus filhos, através do inquérito de terreno;
- Entrevistas aos gestores de algumas escolas do concelho e de algumas entidades locais;
- Leitura de alguns documentos pesquisados nas bibliotecas, na Internet e ainda dos dados disponibilizados pelos serviços educacionais do concelho, Delegação do MEES, Gabinete de Estudo e Planeamento, entre outros.

CAPITULO I. ENQUADRAMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DE CABO VERDE



1.1. Aspectos físicos e demográficos

O Arquipélago de Cabo Verde, país soberano desde 1975, é uma nação insular situada no oceano Atlântico, a 650 km da Costa Ocidental Africana perto do Senegal, precisamente entre 16° Noroeste e 24° Oeste. A sua área terrestre é de aproximadamente 4033 km² e tem uma zona económica exclusiva estimada em 700.000 km². Constituído por 10 ilhas (das quais nove habitadas) e 8 ilhéus de origem vulcânica, com escassa vegetação e forte erosão dos solos o arquipélago é, por natureza árido, bastante montanhoso de relevo acidentado, à excepção das ilhas do Maio, Sal e Boa Vista.

O Arquipélago divide-se em dois (2) grupos, de acordo com a direcção dos ventos predominantes. Barlavento formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. Sotavento formado pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. A maior de todas é a de Santiago com 991 km² de superfície e a menor é a de Santa Luzia cuja superfície é de 64 km².

Em termos de estrutura administrativa o país está dividido em vinte e dois (22) concelho, dos quais nove (9) em Santiago três (3) em Santo Antão, três (3) no Fogo, dois (2) em S. Nicolau e um (1) nas restantes ilhas.

A estrutura demográfica do país caracteriza-se por um padrão de crescimento típico dos países em vias desenvolvimento, marcada por uma população jovem e de crescimento elevado.

A população residente é de 475.948 em 2005¹, sendo 57.3 % no meio urbano e 42,7 % no meio rural. Estima-se até 2010 um aumento para 523.103² habitantes. Uma característica marcante da demografia cabo-verdiana é a predominância da população jovem em que, a mulher constitui a maioria parte atingindo os 52.6%. Não obstante este facto a mulher não beneficia das mesmas oportunidades de que os homens nos diversos domínios da vida social, económica, cultural, política.

Nos últimos 10 anos tem-se verificado o fenómeno de migrações, que tem trazido problemas, fundamentalmente para a cidade da Praia: construções clandestinas, bairros degradados, aumento da pobreza, desemprego, prostituição, toxicodependência, exclusão social, aumento de menino de rua e na rua, etc.

A economia, é baseada na prestação de serviços e o sector primário possui um baixo potencial. A agricultura não responde mais do que 13% do PIB.

No aspecto climático, o país é caracterizado pela extrema insuficiência e irregularidade de precipitações, conjugada com a exiguidade do território, a alta propensão para a erosão dos solos, a ausência de recursos minerais de valor comercial significativo e ainda por ser constituído por ilhas de natureza vulcânica.

Estas características são as causas principais da fraqueza estrutural dos sectores produtivos primários como a agricultura, a pesca, a indústria, o emprego etc. O deficit da produção, a falta de emprego e a ausência de rendimentos fixos, particularmente no meio rural, tem sido em grande parte, compensados pela ajuda alimentar dos parceiros externos e pelas políticas de assistência social para os mais pobres desencadeadas no país pelos sucessivos governos pós independência.

Embora vem sendo implementado no país medidas tendentes a acelerar o crescimento económico e a melhoria do acesso das populações aos serviços e infra-estruturas sociais, existirão por muito tempo em Cabo-verde segmentos da população/famílias que carecerão de apoios especiais se levarmos em conta a existência da pobreza conjuntural provocada pela frequência da seca que afecta o Arquipélago.

¹ Fonte: INE – Projecção Demográfica

² Fonte: INE

CAPITULO II.O SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO

2.1 . Estrutura e Organização

Desde os primórdios da nossa independência procurou -se a introdução de uma reforma global no sistema educativo, e esta culmina com a publicação da Lei de Base do Sistema Educativo em 1990, alterada pela *lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro*. Trata se de uma lei estruturante do sistema educativo entendido como um conjunto integrado de estruturas meios e acções diversificadas que por iniciativas e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades publicas particulares e cooperativas, concorrem para a realização do direito à educação num dado contexto histórico.

A estrutura do sistema educativa, de acordo com a Lei de Base, que efectivamente estruturou o sistema na última década e que está na base da sua actual configuração compreende os subsistemas de educação pré-escolar, escolar e extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino. O ensino básico com um total de seis anos de escolaridade é organizado em três fases sequencias, cada uma das quais com dois anos de duração. Possui uma estrutura curricular caracterizada pela unidade e integração disciplinares e leccionado em regime de mono docência (regime de um único professor). A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação e deve privilegiar situações concretas no meio familiar e local, a segunda fase é a de formação geral, visando a terceira que tem como objectivo o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos e elevar o nível de instrução.

As reformas educativas aparecem como um imperativo de mudanças correspondente, em geral a anseios profundos da sociedade. E este pressuposto é valido para o processo de reestruturação do sistema de ensino em cabo verde, começando por EBI que a partir de 1990 é reconhecida a obrigatoriedade ao preconizar-se que EB é universal e obrigatório. O ensino

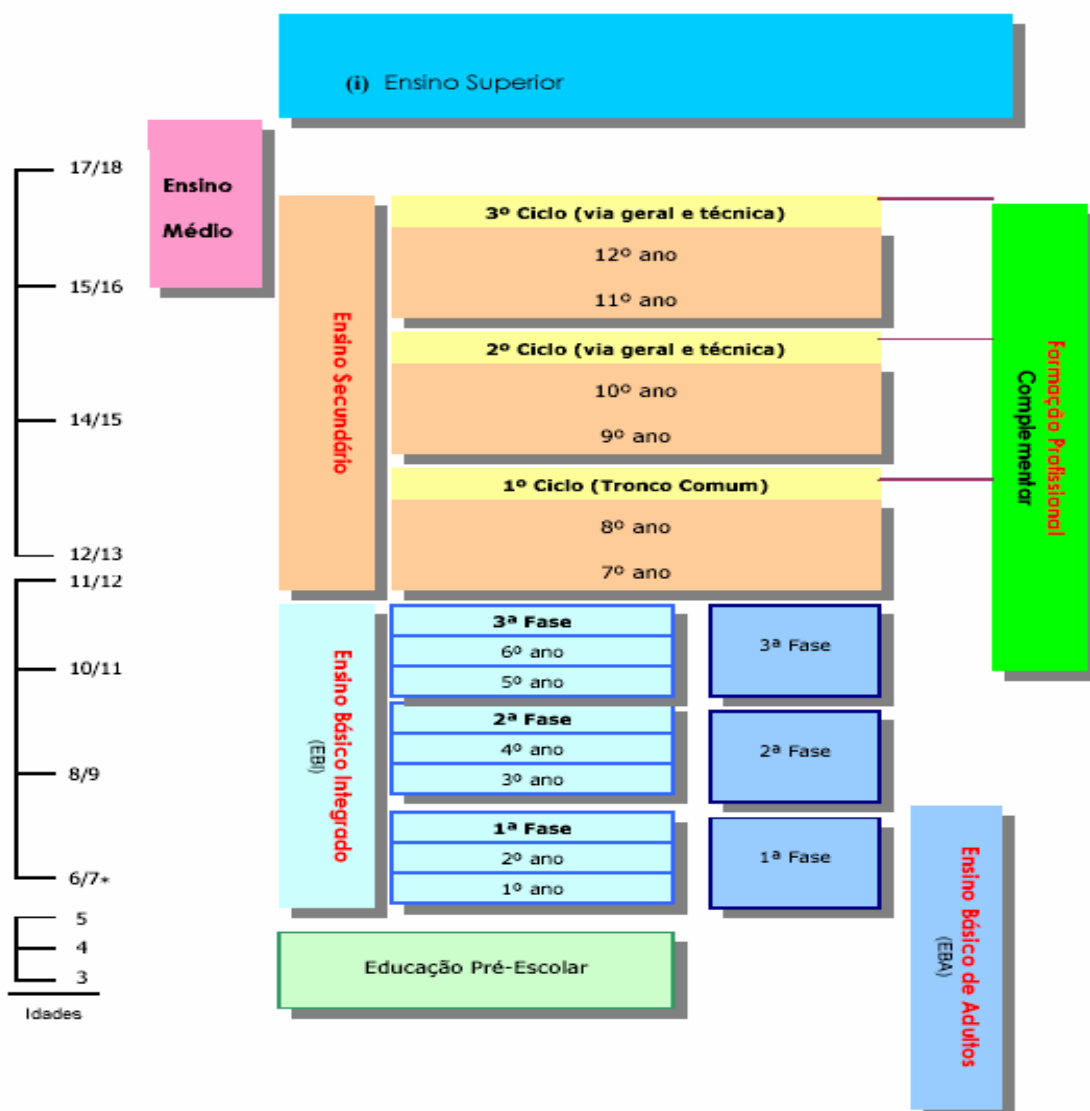
básico é administrado em escolas básicas e assegurado em regime de professor único. Deve proporcionar a todos os indivíduos, instrumentos fundamentais para integração social e contribuir para uma completa percepção de si como pessoa e cidadão. Ingressa nesse nível de ensino crianças que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano matriculado, os que não frequentaram só podem matricular-se com 7 anos.

O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: O 1º ciclo ou Tronco Comum; o 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; o 3º ciclo de especialização, tanto para a via geral, como para a via técnica. O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos de conhecimento.

O ensino médio tem a natureza profissional, visando a formação de quadros médios em domínios específicos dos conhecimentos.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano



Fonte: GEP

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós alfabetização e outras acções de educação permanente, tendo como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A Lei de Bases prevê ainda modalidades especiais de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas; e o ensino a distância.

A estrutura administrativa está definida na Lei Orgânica do MEVRH³, e tem como objectivo assegurar o funcionamento do sistema educativo. A administração está organizada e é exercida em dois níveis: Central e Local.

Os serviços Centrais são órgãos de concepção, coordenação, programação e acompanhamento do sistema educativo, tendo cada um, atribuição própria em determinados domínios do sistema.

A nível Local compete as estruturas desconcentradas, coordenar a execução das acções de parcerias com autarquias, as ONG'S, as associações comunitárias, entidades religiosas, salvaguardando a articulação com projectos e programas que intervêm no âmbito do desenvolvimento social.

2.2. Acesso, participação e eficácia do sistema educativo

A evolução do ensino básico, em Cabo Verde, espelha melhorias significativas em termos da qualidade do ensino que se traduzem na melhoria dos principais indicadores de acesso, eficácia interna e de recursos, nomeadamente nas áreas de construções escolares, vedações, reparações e formação de professores.

A construção de indicadores da educação está obviamente dependente da existência de informação estatística de base, que, nesta área é proveniente principalmente dos recenseamentos da população dos estabelecimentos de ensino, inquéritos por amostra junto dos alojamentos/ famílias e dados de origem administrativa.

Os indicadores de acesso reflectem a existência, ou não, de restrições à entrada no sistema educativo das crianças em idade oficial de admissão, quaisquer que sejam as razões. Estão relacionados com o número de crianças que supostamente deverão ser admitidas no 1º ano de estudo do Ensino Básico e que o sistema não acolheu⁴.

Geralmente, admite-se que todo o mundo deverá ter acesso ao ensino básico: o acesso real ao ensino primário é um dos aspectos ou critérios essenciais, à partir do qual se avalia o sector da educação de um país no diagnóstico do sistema educativo.

³ Decreto-lei nº 14/97 de 24 de Março

⁴ GEP: Estatística social

É de salientar três questões chaves que devem ser levadas em conta para apreciar as condições reais dos problemas de acesso ao nível do subsector particular do sistema educativo:

1. Quem tem necessidades da educação formal e de que nível?

É considerado que todos os indivíduos no mundo necessitam de um nível mínimo educacional de base, que consiste em saber ler, escrever e contar para desempenhar um papel activo no seio do sistema sócio - cultural do país e para conseguir o mínimo de produtividade.

Este conceito da necessidade de educação é largamente adoptado na elaboração do diagnóstico do sistema educativo. Contudo, nas situações de conflitos urgentes e de restrições extrema de recursos pode ser necessário que os Governos determinem os grupos que devem beneficiar prioritariamente da oferta educativa disponível (esses grupos poderão ser por exemplo as crianças em idade escolar).

Em grande parte dos países em desenvolvimento, os critérios actualmente aplicados para avaliar o acesso à educação são as taxas de participação da população em idade escolar e a taxas de participação dos adultos analfabetos aos programas de alfabetização. Em outros países desenvolvidos e na maioria deles industrializados o nível educativo considerado como necessário compreende o ensino primário e até mesmo o 2º ciclo do secundário.

2. Quantas pessoas não participam no ensino formal?

O acesso global à educação não pode ser melhor se as necessidades particulares daqueles que não tem o acesso não forem levadas em conta (por exemplo os alunos do meio rural).

Por conseguinte, se os recursos disponíveis não são suficientes para satisfazer todas as necessidades, os responsáveis deverão finalmente definir os potenciais alunos que deverão efectivamente ser admitidos nos diferentes níveis da educação formal num futuro próximo.

3. Quais são os factores que podem explicar o acesso insuficiente à educação?

O acesso ao ensino é geralmente o resultado da interacção entre a oferta e a procura da educação.

Por conseguinte, os diagnósticos sectoriais ou sub-sectoriais examinam geralmente duas categorias de factores explicando o porquê de certas crianças ou adultos não terem acesso à educação: 1) a oferta da educação; 2) a procura social da educação.

No concelho da Praia os indicadores de acesso no EBI referente ao ano lectivo 2003/04, apontam para uma taxa satisfatória de admissão, sendo a taxa líquida de 95.2% e a bruta 112.8%, situando-se a taxa de transição para o ensino secundária na ordem dos 86.80%. O acesso quase igualitário de meninas e rapazes, obtendo taxas de 51.4% e 48.6%, respectivamente (F/M).

Em relação a eficácia interna (ou o rendimento interno) de um sistema, ela permite medir a capacidade de formar o maior número possível de alunos entrados no sistema educativo numa data determinada, no menor espaço de tempo e com os recursos humanos financeiros disponíveis.

Na maioria dos diagnósticos do sistema educativo elaborado, há referência de duas questões centrais para avaliar a eficácia interna do sistema educativo:

- 1) Quais as medidas levadas a cabo pelo sistema educativo para que os alunos concluam os estudos e obtenham um diploma? Como podem progredir dentro de ciclo ou de um sistema?

Esta análise deve pôr em evidência a relação quantitativa entre os inputs⁵ e os outputs⁶ para cada subsector, nível ou ciclo. O diagnóstico deve igualmente compreender:

- ✓ Uma avaliação da dinâmica do fluxo de alunos e estudantes no seio do sistema para analisar as suas passagens de um nível, ciclo ou subsector para outro e dos métodos de selecção utilizados;
- ✓ Uma visão global da progressão e da repartição dos efectivos no seio dos seus níveis, ciclos ou subsector por exemplo os anos de estudos e os diferentes programas especializadas.

- 2) Quantos recursos são necessários, em média para produzir um diplomado?

Os recursos necessários que compreende os recursos gastos não se medem nesta fase da nossa análise, em termos das despesas financeiras. É o ano/aluno que serve de unidade de medida. Um ano/aluno representa um conjunto de recursos dispendidos para manter um aluno na escola durante o ano.

Os indicadores de base que classificam a eficácia interna são a seguir indicados:

- As taxas de promoção do ano de estudo;
- As taxas de transição de um nível ou de um ciclo para um nível ou ciclo seguintes

Por outro lado os desperdícios são medidos através das taxas de repetência e taxas de abandono.

O calculo e analise dos dados relativos a estes indicadores por ciclo de ensino e por classe e se possível por zonas geográfica (urbana, rural e província) e por tipo de estabelecimento (publico, privado) podem identificar os pontos do sistema onde os recursos são gastos.

⁵ Input (alunos, professores, equipamentos, edificios)

⁶ Outputs (alunos que completam um nível de ensino)

A análise dos mesmos indicadores em função do sexo e outras características dos alunos (por exemplo: o nível do rendimento dos pais) podem identificar os grupos dos alunos mais afectados por ineficácia interna.

Um certo número de indicadores mais complexos é utilizado para dar aos gestores e aos responsáveis as informações complementares sobre a capacidade de retenção do sistema educativo, nomeadamente a taxa do diplomado (proporção dos alunos da cohorte entre o ciclo de ensino que realmente atinge o fim deste ciclo) e a taxa de sobrevivência (proporção de alunos de uma cohorte num dado ciclo de ensino que entende) e o custo médio de um diplomado em número de ano/aluno (relação entre o número total do ano/aluno absorvida por uma cohorte) número de diplomado no fim da cohorte.

Esses indicadores são calculados sobre a base de uma análise de cohorte e segue o fluxo de um grupo de aluno (geralmente numa base sobre 1000 alunos no caso da constituição da cohorte fictícia) que integra ao mesmo tempo o primeiro ano de estudo, através do ciclo considerado.

No ano lectivo 2003/04, o concelho da Praia detinha um total de 19.797 alunos compreendido entre os seis aos doze anos de idade, Leccionando cerca de 638 professores distribuídos por 33 pólos educativos e 53 escolas, tendo um total de 348 salas dos quais 335 pertence ao estado, 8 alugadas e 5 cedidas. Conta com um total de 638 turmas dos quais 621 simples e 17 composta.

Conta com uma percentagem de aprovação de 85.8%, a reprovação ronda os 12.1% e o abandono de 2.1%.

CAPITULO III: EDUCAÇÃO E PLANEAMENTO

3.1 Importância do planeamento na tomada de decisão

Desde sempre que as pessoas, grupos ou instituições, confrontados com decisões importantes, procuram antecipar o futuro e assim reduzir o seu grau de incertezas. Esta atitude é tanto mais necessária quanto estas decisões implicam a realização de acções concretas e consequentemente mobilização de recursos sempre escassos. Deste modo pode afirmar-se que a ideia de planear está presente na história da humanidade.

O planeamento como conjunto de actividades, contínuo, sistemático e disciplinado visa ordenar e estruturar as tarefas a desenvolver, de modo a se poder alcançar determinados objectivos preconizados.

Uma boa planificação deve-se levar em consideração não só a previsão, mas também o controlo que tem como fim, a análise sistemática e crítica dos desvios entre o previsto e o realizado. Deste modo há que identificar dois (2) tipos de planeamento:

1. Planeamento estratégico→ é por definição um processo activo e dinâmico com incidência sobre a realidade económica e social, cuja evolução é, em ultima instância, determinada pela confluência de diversas formas de estratégias. Para alguns, uma estratégia é um plano. Para outros uma forma de comportamentos e há as que a considera o plano em movimento ou a acção.

2. Planeamento Operacional→ normalmente nesse tipo de planeamento procura-se responder as questões seguintes: a) Porque é que esta actividade deve ser desenvolvida? b) Com que recursos deverá ser executada? c) Onde, quando, e, como vai ser realizado o planeamento? Poderá ser conduzido segundo uma série de escalas espaciais, desde o planeamento nacional⁷, passando pelo planeamento regional, até ao efectuado pelas autoridades locais (planeamento local). Esse processo, quer ao nível da elaboração quer ao nível da execução, apresenta um carácter multidisciplinar, nele desempenhando o papel mais

⁷ Abrangendo todo o território nacional

relevante os engenheiros, os arquitectos, os agrónomos e economistas. Porém, quer os estudos preparatórios quer também a execução, apelam a colaboração de outros especialistas, como sociólogo, geólogos, dos ambientalistas, geógrafos etc.

Podemos falar do planeamento como uma forma de definir uma organização transformando a estratégia num conjunto de metas e acções programadas a serem realizadas por pessoas diferentes dentro da organização. Assim, para muitos a sua função é também desempenhar um importante papel de análise nos processos de tomada de decisão. A importância reconhecida a esta perspectiva é tão grande que, para alguns, planejar é decidir. Se para *Goetz* – 1949 planejar é, fundamentalmente escolher⁸, para *Kootz* – 1958, é determinar conscientemente o curso das acções, orientando-as para a realização de objectivos, ou seja decidir⁹.

Abordar o papel e a importância do planeamento, a partir da análise das decisões, tem como vantagens, reforçar a importância do futuro e sua intencionalidade na escolha adequado para a construção mesmo.

A importância da natureza multidimensional das finalidades do desenvolvimento, no contexto das sociedades, está na origem do reconhecimento:

1) Da necessidade e do valor decisivo do planeamento para uma gestão mais racional, nomeadamente nos planos;

2) Da integração das decisões e um melhor acompanhamento e coordenação das actividades, do controlo e avaliação. Deste modo, o planeamento só é necessário quando o futuro que se deseja envolve um conjunto de decisões interrelacionadas. Portanto, planejar é, para muitos, sinónimo de melhor coordenar, Integrar, controlar e avaliar atributos reconhecidos como imprescindíveis no contexto da gestão moderna. Contudo tal como em muitas áreas, nem sempre as necessárias adaptações têm sido incorporadas no âmbito da governança, incluindo a gestão dos sistemas sociais. Assim, o planeamento é, em sentido lato, uma análise sistemática e racional, orientada para o desenvolvimento, de forma a possibilitar uma resposta mais eficaz às necessidades e aos objectivos da sociedade.

Podemos ainda definir o planeamento estratégico como sendo o reconhecimento da missão essencial de reflectir sobre os futuros possíveis para sinalização de, entre eles, um futuro desejável, criando uma visão de longo prazo que funcione como quadro global de

⁸ Técnicas de Planeamento, pag10

⁹ Idem

referência, orientador na escolha das grandes opções, na selecção das estratégias, formulação dos planos de médio prazo e na identificação e formulação dos projectos.

O planeamento estratégico tem sido utilizado extensivamente no sector privado para fornecer orientações de negócios com visão e objectivos de longo prazo, bem como os planos de acção de curto prazo. O planeamento estratégico é visto como um modelo para reagrupar os recursos colectivos de uma empresa, seja ela de que tipo for, à volta de estratégias específicas desenhadas para aumentar vantagens competitivas da mesma na arena das suas actividade.

O planeamento só tem valor quando em movimento. O primeiro passo para a sua implementação deve ser a definição do "teatro de acção" onde as questões, os locais, e os períodos do tempo são levados a cabo e seu alcance é determinado por seguinte factores:

- ❖ O assunto de preocupação (desenvolvimento sustentável em áreas de serviço prioritários);
- ❖ A área geográfica (um bairro, uma cidade, ou uma bacia hidrográfica);
- ❖ As jurisdições relevantes (jurisdições políticas, geográficas ou de serviço);
- ❖ O tempo (incluindo tanto a urgência do (s) problema (s) acompanhados como o número de anos a serem cobertos pelo plano final);
- ❖ Os recursos institucionais e da comunidade disponíveis para as actividades de planeamento.

Estes factores determinam quão abrangente são o esforço do planeamento. Depois de considerar os factores acima e de definir o teatro de acções, deve ser preparada uma declaração de missão para o esforço de planeamento, inclusive suas metas e objectivos. Esta declaração pode ser usada para informar um largo grupo de intervenientes sobre o esforço de acções propostas. Tal campanha educacional pode ser desenhada para facilitar a revisão da já referida declaração. O feedback desta revisão pode ser usado na definição do mandato formal para o grupo de intervenientes que irá supervisionar o esforço de planeamento.

O conhecimento sobre o provir é ainda limitado. No mundo da ignorância, o futuro acontece simplesmente. Nas actividades da investigação o futuro é uma exaltante construção que mobiliza vontades, energias e recursos para o processo de aprendizagem. Não é considerado na gama de despesas, algumas rubricas tal como custo de oportunidade e ou aqueles que decorrem da oferta dos serviços educativos.

Qualquer visão sobre o futuro só é possível delinear no presente. Nele se geram e esmorecem iniciativas que poderiam influenciar as condições de existência no futuro. O presente é, pois, o caminho das transformações que se pretende desenvolver no futuro.

Na actividade de planeamento as análises prospectivas são as formas mais adequadas de analisar o tempo presente, com as suas potencialidades e constrangimentos. Para se estruturar uma visão do futuro, a prospectiva tem necessidade de instrumentos de representação que possam influenciar e orientar os membros da comunidade. Este método pretende detectar as tendências da evolução recente, observando os comportamentos institucionais e as suas interações, as perspectivas que se abrem e as regras e sistema que se tornam obsoletos.

3.2. Os conceitos de custos e a sua aplicação

A noção de custos, em termos económicos, aplica-se à produção de um bem ou de um serviço. Define-se como um conjunto de despesas necessárias para a obtenção de um dado volume de produção. Conceito este ligado a análise do processo de produção de uma empresa. A esse custo são adicionados outros subjacentes, como por exemplo, dos transportes, da distribuição, da publicidade, etc. etc.

Essa análise é fundamental para a gestão da empresa, o que permite diagnosticar a situação da mesma. Ela é o ponto de partida para uma melhor distribuição dos recursos, isto é, uma minimização das despesas com a finalidade de maximizar os lucros. Note-se que, em economia, os custos se exprimem em termos monetários, reais e materiais.

A actividade da Educação/Ensino é analisada, do ponto de vista económico, como um serviço ou a produção de um bem imaterial, isto é, a aquisição do saber e do saber fazer. Assim, os recursos materiais humanos a serem mobilizados para a actividade da educação devem ter uma interpretação em termos financeiros pelo que se espera, tanto o Estado como as famílias uma produção de qualidade.

A produção desses serviços necessita de mobilização e construção de infra-estruturas, de mobiliários, do tempo de serviço do pessoal, do consumo de livros e papeis, e aparenta-se assim à produção de um bem material.

Porém, a análise económica no domínio da educação afasta-se da das empresas, por diversas razões, a saber:

1. O produto da actividade da educação consiste na aquisição de conhecimentos— um conceito difícil, mesmo impossível de quantificar com precisão, sem mencionar os aspectos ligados ao comportamento, a aquisição de métodos de opinião e de trabalho. Por essas razões práticas, a produção de um sistema de educação deve, na maioria das

vezes, ser resumida a um número de alunos com conhecimentos ou a um número de diplomas concedidos.

2. Porque o serviço da educação não é comerciável, isto é, não é “vendido” ao consumidor (alunos ou estudantes), e o seu custo é largamente suportado pelo Estado. A análise económica deverá assim apoiar-se no financiamento público — Orçamento destinado à educação.

Uma outra diferença fundamental é o seu carácter social, pois não tem só a finalidade de maximizar a vantagem, mas visa também uma distribuição dos recursos o melhor possível.

O Estado efectua as despesas para o sector público da educação, não por receber contrapartidas monetárias, mas para assegurar o desenvolvimento da sociedade no seu conjunto, assim como o dos indivíduos.

A Educação tem por objectivo, à partida, assegurar a satisfação das necessidades colectivas, a preparação dos jovens para a vida em sociedade, a aquisição da qualificação profissional necessária à actividade económica, a formação das elites, assim como a satisfação das necessidades individuais, buscando o melhor nível de cultura possível para cada um.

Enfim, a educação é um bem cuja natureza é o investimento na transferência do saber e do saber fazer, e as suas consequências para a colectividade, como para o indivíduo, fazem-se sentir a longo prazo, gerando utilidade acrescidas no futuro.

3.3. Análise custo/ benefício

Antes de definir os custos da educação não é demais referir-se sobre a significação e noção dos custos que intervêm quando há produção de bens ou de serviços.

A expressão *análise custos/benefícios* significa comparação sistemática dos resultados do investimento que poderão permitir ou não o evoluir da actividade económica. Nesse sentido todas as formas de investimento pressupõem que o resultado da intervenção actual seja sacrificado para benefícios futuros. Portanto, esta análise fornece meios de apreciação que ditaram orientações para a obtenção de maiores benefícios no futuro.

Entretanto, certos especialistas entendem que a análise da relação de custos/benefícios não é aplicável a educação, tirando o argumento da multiplicação dos objectivos na Educação e importância dos benefícios extra económica que ela contém.

Admite como é obvio a importância dos benefícios económicos resultantes do investimento na educação bem como a necessidade de analisar e entender a sua natureza e relaciona-las aos custos, mesmo não sendo na totalidade.

Aos custos/benefícios da educação estão frequentemente, ligados a condições sócio económica das famílias.

Ao falar de mais custos e menos benefícios para as famílias pobres, está-se a referir ao facto de os pobres apresentarem maiores taxas de abandono escolar em seus primeiros anos de escolaridade.

Quando, na unidade familiar, se verifica o desvio de uma criança ou jovem que contribua com o seu trabalho para a renda família, isso faz com que a mesma sofra uma queda razoável na obtenção de meios para sua subsistência. Deste modo, mesmo que os seus primeiros anos de estudo sejam gratuitos, sempre acarretam custos para as famílias, sobre tudo para as mais carenciadas.

Um outro ponto a ser levado em consideração é a relação entre os custos de oportunidades e o desempenho escolar que tende a ser baixo se compararmos com os dos filhos das famílias ricas.

Em termos de benefícios, os pobres também estão em desvantagem se compararmos com os dos ricos. Mesmo tendo as mesmas oportunidades de acesso aos estabelecimentos de ensino para completarem os estudos, os pobres têm maiores dificuldades de ingresso no mundo laboral, tanto no meio rural como no urbano, devido a maior capacidade de contactos e de influências dos ricos. Por vezes o abandono prematuro, é devido a falta de recursos financeiros para a subsistência da família, ao contrário das crianças das famílias ricas que não abandonam, mesmo que os gastos sejam maiores e os benefícios tardem em chegar.

É de muito interesse que os planificadores acordem permanentemente que nos países em vias de desenvolvimento os objectivos sejam a massificação do crescimento económico. Também é importante conhecer os meios de avaliação dos índices económicos da educação e isso não significa que as consequências sociais, políticas e culturais da educação sejam mesmo interessantes.

No passado, vários autores têm considerado a análise custo/benefício da educação uma forma que indica caminhos para a resolução dos problemas. Outros têm rejeitado, pura e simplesmente o método, considerando mesmo ineficaz e de nenhum interesse para os planificadores da educação.

Ainda nesta análise dos custos/benefícios há que perspectivar os custos futuros tendo em consideração as quadros (4) categorias:

- ❖ Estimação dos recursos consagrados à educação;
- ❖ Controlo e melhoramento da utilização dos recursos;
- ❖ Evolução dos recursos necessários;
- ❖ Contribuição e escolha entre programa ou projecto visado para o mesmo objectivo.

A medida dos custos de educação pela análise custo/benefício implica, pois, mais que o simples cálculo das despesas monetárias. Implica a avaliação dos custos totais do investimento educativo, tendo em consideração, as outras oportunidades sacrificadas (custos de oportunidades) seja pelo conjunto da sociedade ou individualidades particulares.

Se a análise custos/benefício como objecto de avaliação da educação é considerada uma forma de investimento social, a noção de custos a dotar deve englobar a totalidade do aquilo que educação custa a economia. Assim, o valor do tempo dos professores dos manuais de utilização, dos edifícios, dos equipamentos do capital investido, valor do tempo do estudante, em fim deverá ser considerado no apuramento geral dos resultados ganhos/prejuízos.

O método normalmente utilizado para avaliar os benefícios é, pois, este que permite traçar perfis e os meios que facilitem ganhos aos trabalhadores, de acordo com diferentes níveis, idade, e grau de instrução.

3.4. Os determinantes dos custos da educação

A actividade educativa como qualquer outra de natureza económica exige a realização de despesas. A totalidade dos recursos financeiros necessários à produção, distribuição e consumo de bens da “ educação” constitui os custos do ensino. Estes custos são de extrema importância, pois o seu montante depende da natureza e quantidade da oferta educativa por parte dos seus produtores (instituições) e a respectiva procura por parte dos respectivos consumidores (alunos).

O total das despesas da educação exige mobilização dos recursos financeiros, humanos e matérias necessários ao funcionamento do sistema educativo. Deste modo são feitas em prol da educação e dependem das quantidades consumidas, dos preços dos diferentes bens e serviços utilizados para a produção do serviço educativo e, assim, estão estritamente ligados ao número de alunos a acolher e ao modo de organização e de funcionamento das instituições escolares.

Por outro lado, tais custos condicionam a capacidade do governo e ou sociedade em estabelecer condições de acesso que contribuam para a expansão do sector educativo a nível da equidade¹⁰, eficiência¹¹, qualidade¹² e diversificação das ofertas. Em termos produtivos parece consensual afirmar-se que, em Cabo Verde, a actividade económica dispendiosa, exige uma quantidade de recursos consideráveis. Esta exigência resulta das características de produção utilizadas, seja da natureza do factor do trabalho necessário, seja da qualidade dos numerosos elementos de capital investidos.

¹⁰ Dar mais a quem tem menos e menos a quem tem mais

¹¹ Correcta utilização dos meios que temos de atingir

¹² É a conformidade em relação a especificações e parâmetros definidos, conhecidos por todos na empresa e estabelecidos pelos clientes, em permanente revisão para se encontrarem em cada momento, dinamicamente ajustados as suas reais necessidades.

CAPITULO IV. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Cabo Verde, pelas circunstâncias adversas em matéria de recursos, adoptou, desde a independência, uma atitude positiva no sentido do desenvolvimento do ensino e formação garantidos com o apoio da cooperação internacional. Continua ainda por definir com clareza como inserir no contexto económico e social global os gastos por níveis de ensino, assim como, os recursos a afectar, tendo em conta a estrutura institucional do país.

Nesta abordagem coloca-se com fundamento a proveniência do financiamento do sector da educação, nomeadamente do sector público, não perdendo de vista os gastos das famílias, das comunidades locais e da educação privada, bem como do financiamento internacional. Por isso é imprescindível que as famílias e todos os agentes educativos tomem consciência de quão importante é o investimento na educação para se conseguir recursos humanos cada vez mais capacitados a fim de contribuírem para o desenvolvimento não só da sua comunidade mas também do país em geral.

Os recursos colocados a disposição da educação são repartidos pelos diferentes níveis de ensino que deverão estar de acordo com os objectivos políticos e são amplamente financiadas pelo sector público. Além disso, esse financiamento está tendo uma importância relevante devido à crescente ênfase dada ao planeamento educacional, nos vínculos da educação e mão-de-obra, nos retornos sociais educação e, acima de tudo, no compromisso geopolítico generalizado para a provisão da educação e maior igualdade de oportunidade educacional.

O Ensino Básico, sendo obrigatório e gratuito (Educação compulsória) é quase universalmente financiado pelo estado cuja capacidade, em termos financeiros, é limitado, sem excluir outros itens como refeições escolares, transporte, propinas etc., que são suportados por uma combinação de subsídios e de participação dos pais e/ou encarregados de educação.

Esses custos constituem, na realidade, o imposto pago pelos pais e por isso os custos indirectos não se verificam visto que as crianças com idades compreendidas entre os 6 aos 12 anos não podem trabalhar, já que é proibido o seu ingresso no mundo de trabalho.

Nos países desenvolvidos, a capacidade dos pais em financiar directamente os custos educacionais dos seus filhos são maiores do que nos países subdesenvolvidos, tanto no ensino

primário como no secundário. Isso não significa que o estado seja proprietário e controlador das escolas.

Por exemplo, no Reino Unido, há disposições que permitem que instituições religiosas e outros órgãos tenham a propriedade e o controlo das escolas, mesmo sendo financiados inteiramente pelo estado. Mas, nos EUA em que a educação também é, em grande parte, controlada e financiada pelos governos locais, certas barreiras constitucionais podem impedir que o financiamento do estado abranja muitas escolas particulares.¹³

Nesse sentido, a maioria dos pais paga duas vezes pela educação, tanto através dos impostos, como todos os contribuintes, como através da **anuidade escolar**. Isso só acontece nos países em que é permitido a educação privada. Na maior parte dos países europeus existe uma separação muito rígida das instituições estatais e privadas. De um modo geral o financiamento a propriedade e controlo pelo estado é comum, limitando, portanto a dimensão do sector privado.

Uma outra questão a considerar quando se aborda o problema de financiamento, são os métodos utilizados no financiamento da educação, que são:

- ✓ **Método de gratuidade** – O governo busca o desempenho escolar, com o intuito de se alargar a educação para todos, evitando assim o abandono e aumentar a frequência. Por outro lado, este método procura generalizar a educação para todos ao abolir todos os pagamentos de ensino, visando aumentar a participação dos alunos e outros indicadores do desenvolvimento humano, ou seja, aumentar a demanda efectiva de todos os grupos da sociedade, principalmente os mais desfavorecidos. Com esse método não acaba o problema dos custos indirectos, uma vez que parece constituir uma barreira aos grupos cuja participação se deseja encorajar.

Até finais dos anos 90 em Cabo Verde preconizava-se o modelo de financiamento gratuito principalmente no ensino superior, pois na altura não existia esse tipo de ensino. Por outro lado, o rendimento das famílias não permitia que o aluno saísse para fora, assim a forma encontrada para resolução desse problema era a busca de financiamento para os estudos fora do país.

- ✓ **Método Alternativo de financiamento: *Divide se em dois submetodos:***
 1. Subsídio aos consumidores da educação - **os alunos;**
 2. Subsídio aos produtores de educação - **as escolas.**

¹³ Fonte: Financiamento educacional

Segundo *o relatório de custos unitários públicos da educação*, a definição dos custos educativos é muito complexo mas nesse estudo adoptou-se o conceito teórico de que são consideradas despesas com educação, despesas que contribui directamente no processo de aprendizagem. Não é considerado uma gama de despesas, tais como custos de oportunidade¹⁴, antes assumido por aquelas que decorrem da oferta dos serviços educativos.

No mesmo relatório dos custos unitários do ensino público representa 23,04% do PIB per capita, o que equivale dizer que, em média, cada cabo-verdiano contribui de forma indirecta com 23.04% dos rendimentos obtidos no país, para garantir o nível de ensino público actual, ou seja, cerca de 28.413 ECV, equivalente actualmente a 355 USD sensivelmente.

Na análise dos custos unitários entre 1996 e 1998, verificou-se que houve um ligeiro crescimento acompanhado da tendência relativa à evolução das despesas de educação. Ao falar da estrutura dos custos de ensino, está-se a falar de um dos grandes constrangimentos de análise do sistema educativo, tendo em conta a inexistência de um sistema de informação financeira permanente que registe e regule as operações de despesas, não só de acordo com sua natureza como também, segundo as suas funções, a níveis do ensino no centro de custos.

No referido relatório concebe-se os custos unitários dos programas de investimento e a comparticipação dos pais e ou/encarregados de educação nas despesas do ensino básico e secundário.

Os custos unitários dos programas de investimentos representam, na globalidade, 10.789 escudos cabo-verdianos por aluno e comportam um conjunto de funções de suporte ao desenvolvimento do sistema educativo, entre os quais convém destacar pela sua importância relativa dos custos, a construção, reparação e manutenção das escolas (67%), cantinas escolares (18%), a capacitação e formação (9%).

Ainda no relatório acima mencionado os outros programas sociais de carácter educativo, designadamente bolsas de estudo de ensino secundário, residência estudantil, transporte e saúde escolar, representam um conjunto de 1,82% do total dos programas. Os restantes 4,18% estão distribuídos pelos programas de alfabetização, assistência técnica e coordenação de projectos.

É cada vez mais evidente que a preparação dos cidadãos competentes para actuar de forma critica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida, exige um perfil de qualificação das crianças e jovens bastante adequado para o desenvolvimento das inteligências cognitivas, emocionais e afectiva.

¹⁴Por exemplo, a perda de eventuais salários em detrimento do prosseguimento dos estudos

É preciso, pois, assegurar-lhes uma formação ética e solidária, desenvolver a sua capacidade de resolução de problemas, ajudar a seleccionar e processar informações com autonomia e raciocínio crítico, dar-lhes condições de utilizar os conhecimentos adquiridos para que tenham novas oportunidades num mundo cada vez mais complexo e competitivo.

4.1. Financiamento da educação no mundo

O problema do financiamento das instituições de ensino, constitui um dos maiores problemas que dificultam o desenvolvimento de iniciativas novas nesta matéria. A maior parte dos doadores que apoiam nessa esfera faz, geralmente, questão que os custos de funcionamentos sejam cobertos pelos países beneficiários, através de dotações orçamentais. Infelizmente, as dificuldades orçamentais aliadas a uma fraca programação e débil processo de aquisição de recursos dificultam o funcionamento das instituições de ensino.

O financiamento da educação¹⁵ tornou-se uma área própria que envolve assuntos tão diferentes e ao mesmo tempo tão intercalados como os percentuais orçamentários e sua distribuição; as competências entre as diferentes esferas de governo (municipal, estatal), bem como a relação entre ministérios e secretarias do estado); a função e o lugar dos diferentes níveis de ensino; a relação de público/privado; o papel das agências internacionais de fomento e a duração da educação básica universal. Numa visão mais integral deveríamos conectar esta rede com outras igualmente complexas, como os recursos para as pesquisas pós-graduação (bolsas, apoio a projectos), e financiamento da cultura (como museus, filmes e, em geral, a promoção das artes).

Este tema, «financiamento da educação»¹⁶ pressupõe-se que se trata de uma aproximação que prioriza uma visão de conjunto, numa leitura transversal, cruzando as políticas específicas e os diferentes projectos e programas.

Muitas das discussões sobre financiamento são, por isso, historicamente novas para a Educação. Poderíamos dizer que a Educação sempre teve uma relação atravessada com o mercado capitalista, criticando a exploração do trabalhador e geralmente se posicionando a favor de controlo social deste mercado ou de sua superação por alguma forma de socialismo.

¹⁵ São recursos colocados a disposição do sector da educação para o seu desenvolvimento.

¹⁶ Tema da mesa na ANPED 2002.

Segundo o especialista McMurtry, a questão do financiamento tem a ver, sobretudo, com a possibilidade de tornar a educação uma questão pública. O argumento será de que, a partir do pressuposto de que a educação é um bem comum, o acesso a mesmo deveria ser um assunto público.

Nesta visão o saber colectivamente construído sempre foi entendido como um instrumento de intervenção no mundo.

A maneira como se estabelecem os limites entre o público e o privado tem profundas implicações para o financiamento da educação, em dois sentidos. Uma vez, na identificação de áreas prioritárias como públicas para a alocação de recursos públicos. Por exemplo, na medida em que a educação infantil é assunto da esfera privada, ela pode ficar fora da responsabilidade do Estado sem maiores consequências. O mesmo vale para a formação profissional, que pode então ser vista como um investimento privado ou pelo menos semi-privado.

O financiamento tem implicações que requerem uma construção colectiva com a participação de educadores, filósofos, cientistas, políticos, sociólogos e economistas, a não ser que se deseje converter a discussão numa disputa por fatias do bolo.

Ainda, ao falar do Financiamento de Educação no Mundo, pode-se dizer que qualquer actividade económica, exige a realização de despesas, daí a necessidade de disponibilizar os recursos financeiros para a produção, distribuição e consumo do bem “educação” actividade educativa também não foge à regra. Esses custos são de extrema importância, pois, o seu montante depende da capacidade de financiamento dos pais, da natureza e quantidade da oferta educativa por parte dos seus produtores, das instituições e da respectiva procura por parte dos consumidores – os estudantes.

O financiamento traduz uma realidade complexa e variada, tributaria das especificidades particulares do contexto em que se inscreve o sistema de ensino, nas dimensões históricas, políticas e económicas, que espelham a natureza das relações estabelecidas entre o sistema e os estabelecimentos educativos e um conjunto de entidades financiadoras que garante a sobrevivência da actividade educativa.

Por outro lado, o crescimento demográfico e a melhoria da qualidade do ensino ou reforma dos programas do Estado exigem, também, um financiamento suplementar.

Nos países em vias de desenvolvimento, mesmo com uma expansão quantitativa da educação, devem fazer face aos estrangulamentos financeiros que não têm importância, tão-somente no crescimento demográfico, mas também na inadequação do desenvolvimento económico e na insuficiência do orçamento do Estado.

Essas dificuldades, nos períodos de crise económica, de recessão e de perturbações, que afectam os preços dos produtos de exportação; e/ou quando são reafirmados para satisfação das necessidades em bens mais urgentes, criando uma certa instabilidade político-social, faz com que as receitas do orçamento sejam reduzidas.

4.2. O Financiamento da Educação em Cabo Verde

Em Cabo Verde, o financiamento do sistema educativo é assegurado quase por completo pelo Estado. As empresas, as instituições religiosas, as associações e as famílias são os agentes que apenas dão algumas contribuições financeiros.

A participação no financiamento da educação é tão abrangente que acaba por constituir uma actividade quase de natureza exclusiva ou predominantemente pública. As fontes de financiamento do sistema educativo cabo-verdiano provêm, fundamentalmente, do Estado, que mobiliza os recursos necessários, das famílias através do pagamento de algumas despesas feitas a nível das escolas nomeadamente o custeio das propinas e/ou bolsas de estudo, bem como o recurso ao financiamento bancário, para assegurar o ensino superior a nível nacional e no estrangeiro, o que requerer o mínimo capacidade financeira das famílias.

As despesas de investimento são, quase sempre, cobertas pelos doadores internacionais, estrangeiros, com a designação de donativos ou de empréstimos.

Quando se fala do esforço despendido por um país a favor da educação temos que, inevitavelmente, relacionar as despesas públicas neste com o total das despesas públicas. No caso de Cabo Verde o desenvolvimento do sector educativo está muito aquém do desejável, pelo fraco nível do desenvolvimento da economia nacional e face a esta situação, há a necessidade de recorrer a cooperação internacional, no intuito de minimizar esta situação tão preocupante no nosso país.

Durante a década de 80, as despesas com a educação, em percentagem do Orçamento Geral do Estado – OGE, registaram uma diminuição progressiva, apesar de, em termos de volume, terem aumentado. Apenas após 1987 se verificou novo aumento percentual para, em 1993 e 1994, voltar a descer.

As despesas do funcionamento absorvem a maior parte do orçamento enquanto que as do investimento são maioritariamente asseguradas por recursos externos e por isso, o referido orçamento apresenta desigualdade na sua evolução.

No programa do Governo para a VI legislatura 2001/05 foi traçada como estratégia prioritária para o problema do financiamento o equilíbrio entre as expectativas sociais, as ambições técnicas e os constrangimentos orçamentais que, ao mesmo tempo, têm constituído o maior desafio da sociedade cabo-verdiana no domínio da educação e formação. Não basta só traçar estratégia é também necessário o envolvimento de todos, principalmente das famílias, nos diversos níveis de ensino com o objectivo de procurar novas fontes de financiamento que possam complementar o financiamento público.

4.2.1. Financiamento Interno

Os recursos internos mobilizados através do Orçamento Geral do Estado representam, em media, 70% dos recursos financeiros totais utilizados na cobertura das necessidades do sistema educativo¹⁷.

A análise das despesas da educação nos últimos anos permite apurar que o peso representado no PIB do País é considerável em relação aos outros sectores.

O padrão do crescimento das despesas da educação evidencia claramente aos seus efeitos na estrutura do PIB e despesas do Estado entre os sectores. Assim, em termos agregados as despesas com a educação explicavam 7.1 do PIB em 2000, mas mantêm constante até 2005¹⁸.

Segundo a estrutura interna das despesas públicas da educação mostram que a de funcionamento é superior as de investimento, chegou a atingir em 2003 70.3% contra 29.7% (Orçamento Inicial), facto que explica pelo elevado peso de massa salarial na sua estrutura e por outro lado está relacionado com a dependência externa¹⁹.

No ano 2000 a participação da educação no orçamento Geral do Estado – OGE era cerca de 20,7% enquanto que o do de funcionamento do Ministério da educação representava cerca de 54% do seu total, percentagem essa ligeiramente menor ao do ano transacto, o que reflecte uma certa contenção relativa às despesas do funcionamento face aos gastos de investimento. Por outro lado, o orçamento de funcionamento continua a suportar na sua quase totalidade às despesas com o pessoal (91,5%) inteiramente financiado com recursos internos.

¹⁷ Fonte: QDS-MP-2005-2007-versao preliminar

¹⁸ Fonte: Idem

¹⁹ Fonte: QDS-MP-2005-2007-versao preliminar

4.2.2. Financiamento Externo

Desde a independência, Cabo Verde tem beneficiado de ajudas internacionais importantes no domínio da educação, quer sob a forma de ajudas aos projectos de desenvolvimento, quer sob a de ajuda alimentar. Por outro lado tem merecido também uma atenção especial na estratégia do desenvolvimento do país que, por via dos fundos de contrapartida é canalizada para projectos na área de educação.

O financiamento das actividades da educação está muito dependente do exterior, constituindo actualmente um elo de ligação entre o Ministério da Educação e a sociedade civil, considerando a escassez de recursos disponíveis no País e a capacidade de atracção através de fontes externas.

Os empréstimos, donativos, fundos de contrapartidas de ajuda alimentar e algumas fontes nacionais são as diversas fontes donde vem os recursos afectos à educação.

O padrão do financiamento do investimento da educação, não teve grandes transformações com os recursos provenientes do exterior que sempre ocupa um peso destacável, mudando assim o seu nível de composição que é cada vez maior no peso do credito relativamente as outras fontes do financiamento.

A proposta do orçamento de investimento em 2004 ilustra bem esta tendência, com 42.7% dos recursos disponíveis sob a forma de empréstimos, 32.7% donativos directos, 14.4 fundos de contrapartida de ajuda alimentar e por ultimo o tesouro que entra com 10.2%.

No período que antecede a 2004, o engajamento do financiamento externo no total do orçamento de investimento foi o seguinte: 93.% em 2003, 88% em 2002, 90% em 2001e 93% em 2000.²⁰

Esses recursos têm canalizado tanto para o nível secundário como para o nível superior e em relação aos donativos são preferencialmente para o ensino de base.

Dos vários parceiros no domínio da educação a Holanda mereceu maior destaque no período em análise, principalmente na melhoria do acesso à educação e bolsas de estudos no estrangeiro enquanto que Portugal se destaca na disponibilização de professores, no combate em prol de alfabetização, na concessão de bolsas de estudos; e a França no ensino de língua francesa e bolsa de estudo.

²⁰ Fonte: QDS-MP-2005-2007-versao preliminar

No âmbito do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 1999-2001, a Áustria contribuiu com um montante global de 11,5 milhões de Euros, do qual cerca de 23% se destinaram à educação e formação.

No novo Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004, Portugal contribuiu com 16,5 % milhões de Euros no eixo de concentração e valorização de recursos humanos e o Luxemburgo cobriu os níveis de ensino (básico, secundário, universitário e pós universitário), estipulados em 50% dos fundos de contrapartida canalizados para o ICASE – Instituto Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar.

Sem falar da cooperação Holandesa no Plano nacional de Educação para Todos (PNEPT), nos termos do acordo entre o Governo de Cabo Verde, a cooperação Holandesa e o Banco Mundial, o país tem beneficiado com um financiamento, cujo montante vem sendo disponibilizado através de um *Trust Fund* gerido pelo Banco Mundial, o qual está sendo canalizado para o orçamento do Estado ao longo destes três últimos anos (2003 – 2005) e o montante ronda os US\$6 milhões, cobrindo 27% do financiamento necessário para o Plano Nacional Educação Para Todos PNET.

No relatório de custos unitários públicos da educação indica que no ano 2000 o orçamento de investimento foi financiado em 27,1% com recursos externos, incluindo a Ajuda Alimentar e Donativos que foram de 7,5% e empréstimos de 19,6%, sobretudo dos países como o Luxemburgo, Portugal, do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e da União Europeia. Estes últimos financiaram, fundamentalmente, os espaços e os equipamentos escolares cuja taxa foi considerada a mais baixa desde de 1999²¹.

Os empréstimos financeiros concedidos por parceiros externos correspondem aos acordos de empréstimos destinados a ensino primário e secundário.

4.3. Os intervenientes nos custos da educação

4.3.1. Estado

Os gastos com a educação, para além do factor social, exige um mecanismo de compensação em relação aos mais pobres constituindo elementos estratégicos para o desenvolvimento enquanto investimento socialmente rentável e garantia de acesso qualitativo. Deste modo, o papel do Estado nos custos da educação é indispensável para a mobilização

²¹ Relatório de custos unitário público da educação Maio 2001

dos recursos, tanto a nível nacional como internacional para o desenvolvimento de um ensino aprendizagem de qualidade que se quer.

Tal papel verifica-se em vários domínios, tais como: formação de professores, segurança nas escolas, aquisição de materiais didácticos, pagamento de salários aos diversos quadros intervenientes, subsídios às cantinas escolares, construção de infra-estruturas, enfim a sua participação recai, sobretudo, sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Por outro lado, como Cabo Verde enfrenta alguns constrangimentos de centralização/concentração, a necessidade de existir um agente regulador que atenua as disparidades entre zonas urbanas e rurais, assim como entre as diferentes ilhas, dando uma atenção particular aos organismos responsáveis aos vários níveis do planeamento, no sentido de se garantir uma coordenação dos objectivos, dos indicadores de desemprego e dos meios a mobilizar.

Tendo em conta que o Estado é quem proporciona a educação, então o seu papel engloba inclusivamente os constrangimentos financeiros, a regulação da oferta e da procura da educação, bem como as condições referentes aos dilemas entre equidade e eficiência, entre os aspectos qualitativos e quantitativos no domínio da educação.

O sucesso da educação depende da competência dos poderes públicos (Estado), em particular do Ministério da Educação, em mobilizar recursos (públicos e privados) para a produção de bens e serviços que se traduzem no produto educacional (informação/conhecimento).

No que respeita ao financiamento da educação é de salientar pelo menos três funções que o Ministério da Educação deve assumir, qualquer que seja o contexto:

- a) A elaboração de uma legislação nacional da educação, que permite o controlo da sua aplicação e avaliação da sua realização;
- b) Pôr a disposição da educação os recursos efectivos, que são indispensáveis para todos os níveis de ensino, incluindo as subvenções efectivas ou ocultas aos ensinos privado e superior;
- c) A gestão do sistema educativo que assegure a disponibilidade em número adequado de estabelecimento de ensino, de professores, de manuais pedagógicos, do mobiliário, das infra-estruturas etc., onde são necessários.

Especialmente no Ensino Básico, o Estado ao prever o cenário para os próximos anos lectivos, terá que encontrar meios para custear os gastos educacionais de acordo com as previsões e projecções. A sua participação a este nível deve ser mais acrescida, devido o seu carácter obrigatório e gratuito.

Entretanto, as escolas devem ser tornadas centro de mudança das práticas educativas, mudando a natureza do ensino e do desenvolvimento que se produz na escola, através da qualificação de professores, melhoria na disponibilidade dos recursos pedagógicos, apoio ao seguimento pedagógico a nível do concelho e garantindo apoios sócio-educativos às crianças desfavorecidas.

A maior das vezes as condições do estado são limitadas, o que implica a transferência de algumas responsabilidades para o ensino privado, ficando assim só com a parte da fiscalização dos estabelecimentos de ensino.

Não adianta o seu poder acrescido tanto a nível da equidade social e do desenvolvimento da cidadania, se não conseguir uma educação acompanhada de políticas globais e focalizadas, através da redistribuição de rendimentos, da saúde em geral, da melhoria das condições materiais, políticas e culturais para que as famílias mais carenciadas possam aceder a mais e melhores serviços educativos.

4.3.2. Famílias

É do conhecimento geral que a comparticipação das famílias nas despesas da educação é bastante limitada, por um lado pelo problema da pobreza e por outro pela mentalidade dos pais em pensar que, como o ensino básico é gratuito e obrigatório, as suas comparticipações não fazem sentido, esquecendo-se que ela é fundamental para o sucesso escolar dos filhos.

Assim, a comparticipação dos pais verifica-se a nível dos materiais escolares, uniformes, ou seja, despesas de pequena monta. Essas despesas não transitam para os estabelecimentos de ensino, pois, são isoladas e não figuram dentro das contas do estabelecimento. As das famílias, por vezes, podem ser absorvidas por entidades de cariz social.

Na verdade, os encargos com a educação assumidos pelas famílias comportam duas situações distintas:

- a) As contribuições e pagamentos feitos ao sistema oficial, através do pagamento de propinas e de outras contribuições, como pagamento de matrículas, exames, certificados, etc.
- b) No Ensino Básico, por exemplo, apesar de ser gratuito, as famílias contribuem com um valor de 520\$00 (quinhentos e vinte escudos) anual para subsidiar as escolas na obtenção das refeições quentes²².

Os custos, por aluno, devido à comparticipação dos pais e /ou encarregado de educação de ensino básico e secundário, são relativamente elevados e representa cerca de 16.557

²² Relatório de custos unitários públicos da educação

CVE²³. No ensino básico este custo representa 29% dos gastos totais ou seja os pais e encarregados de educação gastam a volta 4/10 dos gastos do Estado.

Muitas vezes, a irresponsabilidade da sociedade em matéria da educação e não só, é nefasta e os seus efeitos são hoje perceptíveis para muita gente. Por isso a sensibilização da comunidade, no que refere a sua comparticipação nos custos educativos é hoje uma das barreiras a combater para que a médio prazo posamos ter melhores escolas, melhores manuais e, no geral, melhor sistema de ensino.

Esta comparticipação é imprescindível, dada a insuficiência do financiamento interno para cobrir todas as despesas com a educação. Não é por acaso que, desde a independência mais de 90% do orçamento de investimento de Cabo Verde são suportados, directa ou indirectamente por recursos externos. Nesta óptica, pode dizer-se que o orçamento de investimento de Cabo Verde poderia ser designada de “*Orçamento Doador*”. Nesta perspectiva, exige-se uma atitude de responsabilidade no controlo e utilização dos recursos por parte dos serviços públicos.

A questão de uma maior participação das famílias nos custos da educação deve merecer, a mesma preocupação no mobilizar de mais recursos para as escolas. Efectivamente, partilharmos sentimentos de que, mesmo com o empenho do Governo não é possível responder de forma satisfatória a procura de ensino e as exigências do bom funcionamento das escolas.

Para minimizar o problema do financiamento, as famílias de baixo rendimento poderão recorrer ao mecanismo alternativo de financiamento do ICASE, através dos vários programas executados pela instituição e entre outras alternativas existentes.

4.3.3. ONG'S

Actualmente, a participação das ONG'S encontra-se numa fase de crescimento e vem-se verificando as suas intervenções em vários domínios, sobretudo no da educação. Há ONG'S que participam no desenvolvimento das escolas, das comunidades onde estão inseridas, como por exemplo, a *Associação Comunitária de Ponta D'Água* que vem desenvolvendo actividades de carácter social juntamente com a escola local, em prol de um ensino/aprendizagem de qualidade e participativo.

Ainda há ONG'S que, para além de trabalharem em parceria com as escolas, para o seu desenvolvimento, actuam a nível das famílias buscando formas de as ajudar participando,

²³ Fonte: Relatório de custos unitário público da educação Maio 2001

inclusive, nos gastos da educação, como é o caso da *Associação Comunitária de Lém Cachorro*.

A Associação dos pais e/ou encarregados de educação é também uma outra forma encontrada para suavizar esses custos, uma vez que junto com a direcção da escola buscam formas de custear os gastos escolares dos alunos oriundos das famílias carenciadas. Por outro lado, trabalham a nível da prevenção para evitarem ao máximo o abandono escolar que se verifica normalmente nas famílias de rendimento baixo e fraca instrução.

CAPITULO V. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

5.1. Caracterização Geral da Cidade da Praia

A Cidade da Praia é uma das mais antigas concentrações urbanas do arquipélago e está localizada na vertente sul e sudoeste da ilha de Santiago, o seu território cobre uma área de 258,1 Km².

O concelho caracteriza-se pela existência de duas realidades distintas, sendo uma urbana e outra rural.

É o principal centro político, administrativo, económico e cultural do país, onde grande parte da população migrante se desloca à procura de melhores condições de vida. Sofreu um aumento brusco da sua população que passou de 38.602 habitantes em 1980 para 94.757 em 2000. Este aumento foi provocado pelo êxodo rural, que levou ao surgimento de espaços com características rurais dentro da cidade. Esse crescimento não tem sido acompanhado com a criação de serviços e infra-estruturas urbanas para satisfazer as necessidades dos munícipes.

É muito heterogénea, no que se refere às características sociais dos seus residentes, relativamente ao nível da instrução, das condições de alojamento e do nível de vida. A maioria da população migrante, proveniente dos meios rurais, fixa-se nas encostas, em áreas de construções clandestinas de baixa qualidade, sem nenhuma infra-estruturas básicas, enquanto que as pessoas que possuem condições socioeconómicas mais estáveis vivem em espaços urbanizados, devidamente planeados.

Os indicadores sociais de desenvolvimento humano, tanto na cidade como na área rural do concelho revelam graves insuficiências em infra-estruturas sociais, alta taxa de desemprego e a existência de um elevado número de famílias desprovidas de recursos de subsistência, sendo os bairros periféricos ostentadores da pobreza e miséria com sinais, á vista, de degradação social e física do espaço habitado.

Outrora o Concelho abrangia três (3) freguesias respectivamente: Nossa Senhora da Graça, sedeada na Capital, Santíssimo Nome de Jesus com sede na Cidade Velha, antiga Ribeira Grande de Santiago e São João Baptista.

Com a nova divisão administrativa o concelho ficou resumido a Freguesia de Nossa Senhora da Graça.

Formado por variáveis zonas o actual concelho da Praia tem a maioria da população do país concentrada, sobretudo, nas zonas de Achada de Santo António com 12 496 habitantes e Achadinha com 10 134 habitantes, onde se encontra sedeada importantes instituições tais como: Assembleia Nacional, RTC, Bancos etc. e Achadinha com 10.134 habitantes. Ela alberga mais de metade da população do arquipélago, tendo assim favorecido um crescimento bastante dinâmico a nível interno, nas relações com as restantes ilhas e com o exterior. Por outro lado, é considerada o principal centro de negócios de Cabo Verde.

O centro histórico, hoje conhecido como Plateau é, ao contrário, do período colonial fracamente habitada, mas com um grande movimento comercial durante os dias da semana.

Encontra-se localizada na vertente sotavento em relação aos ventos alísios, considerando as características climáticas reinantes no arquipélago. É um concelho muito árido, sendo a média anual das precipitações na Cidade da Praia é inferior a 300mm, apesar de as chuvas são reduzidas estão concentradas num curto período de menos de três 3 meses (Agosto, Setembro e princípios de Outubro). Com elevada frequência ocorrem anos totalmente secos.

Como antes esplanada a Cidade é de longe o maior centro urbano do arquipélago. No ano de 2000 detinha uma população de 94.161 habitantes o que corresponde a quase um quarto da população total do País avaliada em 434.989 habitantes, de acordo com o Censo de 2000. Esta importância demográfica traduz igualmente uma elevada taxa de crescimento nos últimos anos, superior a 4%, como se pode inferir do *quadro 1* em anexo. Nesse mesmo ano no município registava uma densidade de 410 habitantes por Km² conforme o *quadro 2* em anexo.

A Cidade além do seu papel político-administrativo inerente à capital do Estado acumula funções portuárias, cerca de 60% dos movimentos nacionais, pólo de ligação aérea para a África Ocidental, centro comercial de abastecimento do interior de Santiago e ilhas próximas (Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava), principal centro cultural do país.

A cidade da Praia enferma dos constrangimentos de capital de um micro estado, a um estado, insular, arquipelógico e saheliano, consubstanciados em problemas económicos vários, que vão desde a fraca infra-estruturas, a proliferação de pequenas infra-estruturas pelas ilhas, a carência de recursos financeiros e a crise ambiental associada à seca, à desertificação e a um crescimento demográfico não sustentado pelo desenvolvimento económico.

Em termos culturais, para além das diversidades de actividades associadas às festas tradicionais, ainda encontra no município variedade de actividades culturais para todos os gostos e para todas as exigências. No campo musical são possíveis espectáculos desde o Batuque ao Jazz, da Morna ao Funaná.

Apesar das dificuldades, a dinâmica de crescimento urbano aliada a uma abertura crescente aos investimentos privados, vem transformando a cidade numa importante plataforma de negócios com uma intensa actividade cultural e comercial.

Esta cidade teve um crescimento lento durante vários séculos e, está-se transformando numa importante referência urbana da África Ocidental e do Atlântico Médio. Praia é o segundo maior centro cultural do País, seguido de Mindelo em, São Vicente. Por outro lado tem um campo universitário com uma diversidade crescente de formação de nível superior.

Nos últimos anos adquiriu várias salas de espectáculos e de conferências com equipamentos modernos, tais como o Salão Nobre da Assembleia Nacional, o Auditório, a Biblioteca, o Arquivo Histórico Nacional e o Palácio da Cultura.

5.2. Analise dos resultados do inquérito e entrevista

O inquérito elaborado é de carácter comunitário e foi levado a cabo no concelho da Praia Ilha de Santiago no período de Abril a Maio. A recolha e o tratamento dos dados do inquérito são imprescindíveis para apreciar o impacto que as condições sócio económicas representam na educação e em diferentes zonas do concelho em estudo.

Para a realização deste inquérito recorreu-se a uma base de dados fornecidas pela Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior, referente aos dados estatísticos do início do ano lectivo 2005/06 das escolas básicas do concelho da Praia.

A escolha da técnica de amostragem nesse presente estudo, vai no sentido de assegurar a maior semelhança possível entre a base de sondagem e a população alvo. Baseia nos seguintes critérios como a adequabilidade, a exaustividade, não duplicação, a exactidão e a conveniência.

Por razões financeiras não foi possível aplicar o inquérito a todo o concelho. Por isso, ele foi aplicado exclusivamente na Freguesia de Nossa Sr.^a da Graça, utilizando uma amostra representativa. Para a obtenção da amostra existem varias técnicas de amostragens que poderão ser utilizadas mas, neste caso concreto, utilizou-se a técnica de **amostragem aleatória sistemática**. Para isso houve a necessidade de seguir algumas etapas:

- 1ª Etapa: Definir a população alvo – definição de um conjunto de elementos acerca dos quais se pretende obter informações. A população alvo é geralmente constituída por pessoas, famílias, empresas instituições, entre outros;

- 2ª Etapa: Identificar a base de sondagem – consiste na listagem dos elementos da qual se vai seleccionar a amostra;

- 3ª Etapa: Escolher a técnica amostral – essa escolha depende ou não de uma base de amostragem. Nessa escolha há que levar em conta as duas principais técnicas de amostragem: a **aleatória** e a **não aleatória**.

A amostra só pode ser **aleatória** quando se conhece todos os elementos da população. As suas características são designadas de probabilísticas e casual. É o facto de qualquer indivíduo da população que poderá ser seleccionado e a probabilidade de isso suceder poder-se calcular.

Nas amostras **não aleatórias** não é possível conhecer a probabilidade de um indivíduo ser seleccionado. Dentro da amostra aleatória temos: a) Simples; b) Sistemática; c) Estratificada; d) Por clusters; e) Multi-etapa; f) Multi – fase.

A não aleatória tem: a) Intencional; b) Snowball; c) Conveniência; d) Quotas; e) Random Route.

- 4ª Etapa: Determinar a dimensão da amostra – a dimensão da amostra depende, entre outros factores, da homogeneidade da população e do custo do tempo e do pessoal disponível para o estudo;

- 5ª Etapa: Seleccionar os elementos da amostra – dependendo do tipo da amostra e da selecção dos elementos;

- 6ª Etapa: Recolha de informação necessária dos elementos da amostra – no nosso caso utilizamos a entrevista pessoal como método de recolha de informação.

Uma das razões da escolha desta técnica amostral é que nas outras, algumas demonstram dificuldades na construção de uma base de sondagem o que poderia, mais tarde, acarretar custos dos quais não poderia suportar e outros possíveis mas de difícil obtenção de resultados esperados com a máxima de segurança que se pretende.

Por outro lado, uma amostra sistemática demonstra mais precisão, por exemplo, em relação à amostra aleatória simples dada à mesma dimensão. Mais exactamente, se a ordem das unidades do ficheiro que serviu de base de sondagem pode ser considerada como aleatória e as duas técnicas forem equivalentes, se os indivíduos (elementos) estiveram ordenados segundo uma determinada característica, isto é, se os elementos a que foram atribuídos números semelhantes tiverem características iguais, a precisão obtida da amostra sistemática será maior do que aquela obtida através da aleatória simples.

Ainda uma das razões que nos levaram a escolher a amostra aleatória sistemática é que nesse tipo os elementos são extraídos da população, de acordo com a progressão aritmética,

cuja base é escolhida ao acaso e, no entanto, a razão é calculada de modo a cobrir totalmente a população.

Tendo a base de dados dos alunos, o passo seguinte será a atribuição de um número a cada aluno e depois escolher um outro entre 1 a k^{24} em que para se encontrar k , se utiliza a seguinte formula:

$K = \text{INT}(\text{n}^\circ \text{ de elementos da população/dimensão da amostra})$ em que k é a razão da progressão. Ao encontrar k , subtrai se $k-1$ e o resultado constará como o 1º elemento da amostra. O 2º elemento será o 1º adicionado ao k e o resultado mais k será o 3º elemento e assim sucessivamente.

Os inquiridos chave encontram-se organizados em grupos escolhidos que responderão a um leque variado de perguntas cujo objectivo não será somente apreciar o impacto das condições socio-económicas mas analisar a sua influência e o nível de sucesso/insucesso dos filhos, as estratégias das famílias no combate dessa problemática, as principais fontes de rendimento, a existência de famílias com dificuldades de colocar os filhos na escola e outros elementos básicos para a caracterização das condições familiares no concelho em inquirição.

5.3. Análise dos Resultados da Amostra

Do inquérito realizado, entrevistamos cento e vinte e um (121) pais e/ou encarregados da educação no concelho da Praia. A selecção da amostra foi realizada exclusivamente na Freguesia da Nossa Senhora da Graça, tendo o total do agregado familiar 728 indivíduos, entre crianças e adultos, sendo que dos pais e/ou encarregados da educação inqueridos 61 são homens (50.4%) e 60 são mulheres (49.6%).

Dos dados recolhidos pelo inquérito conclui se que não há pais e/ou encarregados da educação com menos de 20 anos de idade com filhos no ensino básico e que 26.4% tem idade compreendida entre 20-35 anos, 55.4% entre 35-45 anos, 10.7% entre 45-55 anos, 3.3% entre 55-65 anos, e 4.1% com mais de 65 anos. A concentração da percentagem elevada dos inqueridos verifica-se na faixa etária 35-45 anos. Quanto ao estado civil os resultados mostraram que a maioria dos inquiridos vive em união de facto, cerca de 38.8%, seguindo se os casados com 23.1%, os, solteiros com 28.95, os separados com 4.9% e os viúvos com 4.1%.

²⁴ Parte inteira do quociente entre o número de elementos da população e a dimensão da amostra

De acordo com os resultados o nível de instrução dos pais e/ou encarregados de educação é o seguinte: 6.6% são analfabetos (sem instrução), 54.5% possui o ensino primário, 9.9% secundário 1º ciclo, 15.7% secundário 2º ciclo, 5.7% secundário 3º ciclo e 5.7% com o ensino superior. Tendo a maior parte com qualificações a nível do ensino primário.

No que se refere à actividade profissional, o inquérito mostra que 89.3% dos chefes dos agregados familiares trabalham actualmente em regime permanente (63.6%). Por outro lado, pode-se verificar que a maior parte dos inqueridos não sabe quantificar os seus rendimentos (38.0%), o que torna difícil a análise com exactidão e clareza dos resultados dos inquéritos aplicados.

Do inquérito aplicado constata-se que as fontes de rendimento das famílias provenientes de remessas do exterior, subsídio de Estado e outras, são pouco significativas nos encargos com o custo da educação. 66.9% das respostas indica não possuírem nenhuma fonte alternativa de rendimento.

Em relação as condições habitacionais, 88.4% possuem electricidade no domicílio, 52.1% têm água canalizada e com casa de banho ou retrete 69.4%

Na maioria das localidades inqueridas, existe uma escola do EBI o que representa cerca de 97.5%. Mesmo assim, existem famílias que possuem filhos fora das escolas por motivo do abandono escolar.

Em relação ao apoio concedido aos pais o inquérito mostra que a maioria não recebe nenhum tipo de apoio para custear os gastos, principalmente com os materiais didácticos para melhor aproveitamento e aprendizagem dos filhos, salvo algumas instituições como o ICASE, Black Planter entre outras. Mesmo assim, 87.6% costumam contribuir, anualmente, para as despesas escolares sendo que o valor mais elevado da quota está compreendido entre 500 a 1000 ECV (55.35%).

No que se refere aos cuidados da criança na ausência dos pais, apurou-se que 32.2% fica a cargo dos avós, 17.4% dos tios, 36.4% dos vizinhos e 5.8% das empregadas doméstica. É de realçar que é sobre os vizinhos que recai a maior percentagem dos cuidados dessa responsabilidade.

Em relação ao número do agregado familiar verifica-se que os com menos de quatro pessoas representa cerca de 9.1%, de 4 a 6 individuo 38.8%, de 6 a 8 individuo 28.9%, de 8 a 10 individuo 15.7%, de 10 a 12 individuo 5.0%, de 12 a 14 indivíduos 0.8% e com mais de 14 1.7%. Constata-se ainda que o mínimo do agregado é de 2 indivíduo e o máximo de 17. A média geral é de 6 indivíduos por agregado familiar.

No que tange a participação dos pais e/ou encarregados de educação nas actividades escolares, apurou-se que: 31.1% participam sempre, 23.0% frequentemente, 27.0% ocasionalmente, 15.6% raras vezes. Para além de terem uma participação constante nas actividades escolares costumam também pedir informações acerca dos filhos cerca de 49.6%, 37.7% ocasionalmente e 12.3% raras vezes.

Em termos de avaliação dos docentes a apreciação dos pais foi satisfatória, ou seja, cerca de 69.4%, 4.1% pouco satisfatório e sem informação 26.2%.

5.4. Análise das variáveis

Com o objectivo de compreender e aprofundar os resultados do inquérito de modo a se poder caracterizar com mais precisão o perfil dos inquiridos e apreender a lógica do comportamento das variáveis de pesquisa, procuramos realizar uma série de análise entre as que integram o questionário aplicado na Freguesia da Nossa Sr.^a da Graça, concelho da Praia. Pretendemos ter uma percepção do grau de pobreza que afecta essa camada específica (pais e/ou encarregado de educação) e os seus reflexos no desenvolvimento escolar dos filhos.

Para a realização dessas análises foram utilizadas algumas variáveis que consideramos determinantes para a caracterização do aspecto socio-económico dos pais mais desfavorecidos.

Assim, a idade, a profissão, o rendimento do agregado familiar, e a habilitação são, de entre outras, as possíveis variáveis que poderão exercer alguma influência nessa análise.

a) Idade/Nº de Filhos

Idade	22.Número de filhos
< 20	-
20 - 35	2,84
35 - 45	3,85
45 - 55	5,69
55 - 65	5,50
65+	3,80
TOTAL	3,83

A análise das variáveis **idades** versus **número de filhos** ficou patente que na faixa etária compreendida entre 45 a 55 anos existe maior número de filhos e o mínimo é de 3 filhos na faixa de 20 a 35.

b) **Rendimento/ Habilitação**

Habilitações	Non- réponse	Sem inst rução	Ens. Prim	Ens Sec 1º ciclo	Ens Sec 2º ciclo	Ens. Sec 3º ciclo	Curso superior	Outro	TOTAL
Rendimento									
Non- réponse	0	0	1	0	0	0	0	0	1
<10	0	3	9	1	1	0	0	0	14
10 a 15	0	0	8	3	1	1	0	0	13
15 a 20	0	0	7	0	2	0	0	0	9
20 a 30	1	0	6	2	2	1	0	0	12
30 a 40	0	0	1	1	5	1	0	0	8
>40	0	1	2	2	4	3	6	0	18
Não quantificado	1	4	32	3	4	1	1	0	46
TOTAL	2	8	66	12	19	7	7	0	121

Verifica-se que a maioria dos inqueridos não consegue quantificar os seus rendimentos e são eles que possuem como habilitação o ensino primário. Pode-se, portanto, concluir que quanto menor for o nível de escolaridade menor é o nível de qualificação o que, por sua vez, tem os seus reflexos nos salários que auferem.

É sabido que a escolaridade dos pais tem um peso fundamental na educação e formação da criança. Porém essa educação não constitui ainda realidade para muitos pais e encarregados das nossas crianças, tendo em conta o baixo nível de escolaridade e o analfabetismo que grassa no seio de uma boa parte da nossa população.

c) **Rendimento/Participação**

Participação	Sim	Não	TOTAL
Rendimento			
Non- réponse	1	0	1
<10	11	3	14
10 a 15	13	0	13
15 a 20	9	0	9
20 a 30	12	0	12
30 a 40	8	0	8
>40	18	0	18
Não quantificado	46	0	46
TOTAL	118	3	121

Da relação entre o **rendimento familiar** e a **participação dos pais** na actividade escolar, verifica-se que os com rendimento superior a quarenta mil escudos têm uma maior participação. Dai concluir-se que a sua participação está muito relacionado com o tipo de trabalho que desempenham.

d) **Rendimento/Nº de Filhos**

Rendimento	22.Número de filhos
Non- réponse	6,00
<10	4,07
10 a 15	3,15
15 a 20	3,33
20 a 30	3,67
30 a 40	3,50
>40	2,89
Não quantificado	4,48
TOTAL	3,83

Tendo como pressuposto que o rendimento é uma das formas indispensáveis para garantir o sustento da família; propomos cruzar as variáveis **rendimentos versus número de filhos**. Ainda ficou claro que os pais com maiores rendimentos são aqueles que possuem menor número de filhos vice-versa como se pode inferir no quadro ao lado exposto.

Do inquérito aplicado junto das famílias constatou-se a falta de capacidade das mesmas em suportar os gastos com os filhos, pouca aderência às escolas e fraca apreciação acerca dos professores devido a não comparência regular na escola. Ainda revelou a inexistência de equipamentos, mobiliários e materiais didácticos adequados para um bom funcionamento das escolas básicas do concelho da Praia.

5.5. **Análise da contribuição da Acção Social Escolar (ICASE)**

O desenvolvimento do País não pode ser concebido sem uma política de formação adequada das novas gerações. É evidente que a preparação destas para as responsabilidades que lhes pertencem no futuro pressupõe uma acção programada contínua de criação progressiva das condições materiais que permitam a essas novas gerações de melhoria dos seus rendimentos escolares, os quais estão seriamente comprometidos pelas condições gerais de vida das populações.

O Governo no uso da faculdade conferida pelo art.º /770 da Constituição da República de Cabo Verde, através do Decreto-Lei nº 139/83, de 31 de Dezembro, criou, sob tutela do Ministério da Educação, o Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar, abreviadamente designado por ICASE, com os seus objectivos que são:

- Proporcionar o acesso escolar às crianças com forte desvantagem socio-económico, através da promoção de igualdade de oportunidades;

- Proporcionar o sucesso escolar, através da promoção de melhores condições de aprendizagem;
- Proporcionar aquisições de valores, com a promoção de melhores práticas e comportamentos individuais e colectivos no seio dos alunos (saúde/higiene e postura solidária).

Para a realização desses objectivos o ICASE desenvolve um conjunto de acções de carácter sócio educativo executado através dos programas de apoio social a seguir mencionado.

A. Programa de Assistência às Cantinas Escolares (PAC)

Este Programa consiste na atribuição de um lanche e/ou uma refeição quente durante o ano lectivo e visa a melhoria do estado nutricional dos alunos e, por outro lado, contribuir para o aumento da frequência escolar.

O Programa é financiado pelo Estado de Cabo Verde e conta, nessa árdua e gratificante tarefa, com importantes parceiros internacionais de desenvolvimento, como sejam o PAM – Programa Alimentar Mundial, a Cooperação Luxemburguesa, etc.

O Programa, além de assistir os alunos com refeições quentes, garantiu emprego a cerca de 956 cozinheiras durante o ano lectivo 2001 /02.

B. Projecto Saúde Escolar – Projecto CVE/046 lux (PSE)

O Projecto CVE/046 Saúde Escolar que é financiado pela Cooperação Luxemburguesa, literalmente desde Abril de 2001, possui duas vertentes específicas, com uma abrangência nacional. A 1ª, a Promoção ao nível do EBI, a Consciencialização das práticas adequadas e dos comportamentos favoráveis à saúde, através do desenvolvimento de actividades de formação/informação .Educação para a saúde. E a 2ª, diz respeito a Melhoria de Condições Sanitárias e de Higiene nas Escolas do EBI.

No quadro do Projecto, para além de várias acções de sensibilização que abrangem as informações, são apoiados alunos com deficiências visuais com a atribuição de óculos e, por outro lado, procede-se à construção e recuperação das instalações sanitárias nas escolas. Este programa beneficia todas as crianças do pré-escolar e do EBI.

C. Residências Estudantis (Internatos) (RE)

As residências estudantis (Internatos), para além do alojamento adequado, proporcionam aos alunos residentes melhores condições no que tange ao ambiente de estudo, formação moral, cívica e cultural.

Actualmente, o ICASE possui uma rede de Residências Estudantis construída no quadro da cooperação luxemburguesa, na Praia, em Santa Catarina, em São Vicente, no Porto Novo e na Ribeira Grande, com capacidade para acolher 80 a 102 alunos do EBS.

D. Programa “Bolsas de estudos” (PBE)

Trata-se de uma outra modalidade de apoio sócio-educativo do ICASE que consiste na atribuição de apoios monetários aos alunos do Ensino Secundário (ES) para fazer face aos custos decorrentes da sua educação e, actualmente, esse programa abrange também o Ensino Superior.

E. Programa “Transporte Escolar “ (PTE)

Trata-se de um programa destinado a apoiar os alunos do Ensino Secundário que percorrem longas distâncias para acederem aos estabelecimentos de ensino.

F. Programa “Manuais e Materiais Escolares” (PMME)

Programa destina-se, fundamentalmente, beneficiar os alunos do Ensino Básico Integrado (EBI). Porém, beneficiaram dele os alunos carenciados do Ensino Secundário que não foram contemplados com os Programas “Bolsas de Estudo” e “Transporte Escolar”. 6.048 é o número de alunos carenciados atingido com o Programa no ano lectivo 2001 /02, com a distribuição de manuais e sacos com diversos materiais de curta duração (cadernos, lápis, borrachas, canetas, apara-lápis, etc.

G. Programa de Apoio ao Pagamento de Propinas Escolares (PAPPE)

Trata-se de um Programa recente, concebido em decorrência das responsabilidades atribuídas ao ICASE, com introdução de correcções ao nível dos montantes das propinas escolares, visando, particularmente, a sustentabilidade actual e futura do Sistema Educativo em Cabo Verde. Este Programa de Apoio financeiro aos alunos do Ensino Secundário no pagamento parcial e/ou integral do montante das propinas visa, essencialmente, minimizar os encargos de famílias mais carenciadas com a educação dos seus filhos.

Os Parceiros do ICASE no desenvolvimento das suas actividades/ acções

O ICASE, para desenvolver as suas actividades e acções em 2002, contou com recursos disponibilizados pelo Tesouro, no quadro dos contratos— programa assinados com o Ministério das Finanças, no quadro dos Fundo de Contrapartida e Ajuda Alimentar Luxemburguesa (FCP- AA Lux), da União Europeia e ainda, do PAM, da Cruz Vermelha, do Bornefonden e, claro, do Governo de Cabo Verde.

Em termos de constrangimentos, existem dificuldades no apuramento da real necessidade de famílias carenciadas. Apesar de existir um ficheiro de recolha de informação, nem sempre as pessoas prestam as melhores informações quanto ao rendimento financeiro. Nesse sentido, o ICASE tem desenvolvido esforços junto das Câmaras Municipais no apuramento de identificação sócio económico das famílias.

Para a minimização desse problema o ICASE e o INE irão levar a cabo um projecto com o intuito de recolher informações através do recenseamento geral a nível de Cabo Verde para a identificação das famílias com filhos nas escolas públicas e que puderam ser inscrito nos critérios base de apoio. Um outro constrangimento é a fraqueza de recursos financeiros para a realização dos programas.

O ICASE, na realização das suas actividades, não possui um estudo que avalie com precisão os resultados da sua intervenção, devido a inexistência de quadros. Apesar de tudo, a apreciação é positiva, uma vez que vem respondendo as grandes preocupações das crianças desfavorecidas no ensino, tendo em conta as reacções constatadas no terreno.

5.6. Análise da contribuição das delegações Escolares

Através do decreto Regulamentar nº 4/99 de 27 de Abril foram criados os serviços desconcentrados do Ministério da educação, designados por Delegação do Ministério de Educação em cada concelho onde asseguram a orientação, coordenação e apoio aos estabelecimentos do ensino, com excepção do superior.

Incumbe às delegações:

- Contribuir para a definição da política educativa;
- Assegurar a coordenação e articulação dos níveis a seu cargo, de acordo com as orientações a nível central, promovendo assim a execução da respectiva política educativa;
- Desenvolver as acções necessárias a condução do processo de ingresso ao ensino superior;
- Assegurar a elaboração da estratégia de desenvolvimento do plano de actividades, de acordo com as orientações básicas e os objectivos do Ministério da Educação;
- Dinamizar a inserção efectiva das instituições educativas na comunidade, entre outros.

As delegações são dirigidas por um Delegado, que é o responsável pelo seu correcto funcionamento e é o representante do Ministério da Educação no concelho. Integram-nas os serviços de Coordenação do Planeamento e Estatística, Coordenação Pedagógica e a Coordenação Administrativo Patrimonial e Financeiro. Actualmente foram criados os serviços dos assuntos sociais, psicologia e de saúde.

Nas realizações das suas actividades levaram em consideração as de nível administrativo, pedagógico, e institucional. Para melhor realização dessas actividades contam com os seguintes parceiros: as famílias, as Câmaras Municipais, as associações comunitárias, a polícia, as Igrejas, os sindicatos em fim, diversos sectores públicos e privados. Mesmo com toda essas parcerias a Delegação não deixa de ter como um dos principais constrangimentos o problema de ordem financeira.

A Delegação, para além das competências que lhe é atribuída, intervém ainda a nível da capacitação dos recursos humanos, na criação e melhoria da ligação

escola/comunidade/família, na dinamização e promoção da criação das associações comunitárias bem como de pais e encarregados de educação.

Juntamente com o ICASE, a Delegação trabalha na identificação dos alunos mais carenciados para a eventual ajuda na aquisição de materiais didácticos, através dos programas do ICASE. Por outro lado, a Delegação da Praia trabalha na orientação de alunos e famílias através de um serviço denominado “*serviço de apoio aos alunos e as famílias*”. Segundo declaração do Delegado do Ministério da Educação e Ensino Superior a estratégia utilizada para esse efeito são as visitas domiciliárias. Declarou ainda que a participação dos encarregados da educação, em todos os aspectos no processo educativo, está muito aquém do desejável.

O ensino básico apesar de ser obrigatório e gratuito, é financiado exclusivamente pelo estado, salvo algumas contribuições de instituições, tanto públicas como privadas mas também é de se registar que em algumas escolas a participação efectiva dos pais e/ou encarregados de educação nos custos de manutenção, reparação dos edifícios, equipamentos escolares, bem como a segurança nas escolas através de contribuições mensais para o pagamento dos guardas tem contribuído para cada vez melhor cooperação entre a escola e a família.

5.7. Análise da contribuição dos Pólos Educativos

O decreto – lei nº 76/94 de 27²⁵ de Dezembro, para além de estabelecer os princípios que orienta a criação e a configuração organizativa do Ensino Básico, apresenta o mapa escolar do ensino básico, ou seja, a relação dos pólos educativos e as respectivas as escolas satélites. O diploma ainda estabelece um conjunto de princípios a que deve obedecer o ordenamento da rede escolar do ensino básico designadamente: a) **Integração vertical**, b) **Integração horizontal**, c) **Mobilidade**, d) **Distancia escola**, e) **Organização de turma**

Por outro lado, o decreto-lei²⁶ que define o regime de direcção, administração e gestão dos pólos educativos do ensino básico, pode-se definir os órgãos de Gestão:

Órgãos de Direcção (Conselho de Pólo) – é um órgão deliberado na escola com integração dos representantes da comunidade educativa, incluindo encarregados de educação,

²⁵ Varela, Bartolomeu. Apontamentos destinados aos alunos de Gestão e Planeamento da educação

²⁶ Decreto-lei nº 77/94 de 27 de Dezembro

cabendo-lhes certas tomadas de decisões importantes da escola bem como a aprovação dos principais instrumentos de gestão do pólo educativo (plano de actividade e orçamento);

Órgãos de administração (*direcção e gestão*) – são confiadas a um órgão singular, o gestor, que exerce basicamente 3 funções:

- 1- Função de administrar os recursos matérias humanos e financeiros;
- 2- Função de conselheiro pedagógico cabendo-lhe dinamizar a acção pedagógica no pólo, presidindo ao núcleo pedagógico e interagindo com os coordenadores pedagógicos;
- 3- Função de animador social – cabendo-lhe a função de dinamização da estreita ligação escola/família/comunidade com o objectivo básico para o desenvolvimento e o sucesso de toda a acção pedagógica.

Órgãos de gestão pedagógico (*núcleo pedagógico*) -constitui a equipa pedagógica do pólo, com funções similares as desenvolvidas pelos coordenadores pedagógico concelhio (participação na planificação, acompanhamento e apoio pedagógico na avaliação dos docente).

O concelho da Praia conta com um total de 33 pólos e 55 escolas onde foram realizadas as entrevistas destinadas aos gestores.

Das entrevistas feitas aos Gestores dos pólos educativo do concelho da Praia concluímos que nas escolas de *São Filipe, Fazenda, Eugénio Lima, Eugénio Tavares, Tira – Chapéu, Achada Grande Frente e Calabaceira*, o abandono escolar foi mais evidente, durante o ano lectivo de 2004/05 e a ausência dos pais e ou encarregados da educação na vida escolar dos seus educandos, constituiu uma das razões primordiais do abandono.

Nessa óptica, os gestores, juntamente com os professores e representantes dos pais, por iniciativa própria, têm realizando actividades extra-escolares (aniversário da escola, dia dos pais, etc.) a fim de aproximar os pais e/ou encarregados de educação da escola, com o objectivo de os fazer participar nas suas actividades.

Mas actualmente essa participação na vida escolar dos filhos, tem-se melhorado bastante, devidas as sensibilizações feitas por parte das escolas com colaborações da Delegação Escolar do Ministério da Educação no concelho. Mas também não é inválido o trabalho que as instituições de cariz social/comunitário têm estado a fazer para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem no concelho da Praia.

Na maioria dos estabelecimentos de ensino as associações de pais e/ ou encarregados de educação ainda é algo novo, tendo em conta que se encontra em processo de legalização, como é o caso das escolas de *São Filipe, Eugénio Tavares e Achada Grande Frente*. Entretanto nas escolas do Bairro, Lavadouro, Achada Grande Trás entre outras já se

encontram em pleno funcionamento, apesar dos constrangimentos que sempre surgem no dia – a – dia.

No entender dos gestores, as associações dos pais contribui para minimizar o fenómeno em causa, através de campanhas de sensibilização. Em alguns casos a comunidade é pouco envolvente e não reconhece, por ignorância, a importância que as escolas desempenham para o bem-estar de todos e por isso, não contribui nas actividades levados a cabo pela escola. Esse proceder poderá contribuir para o aumento do abandono escolar e para a confirmação dessa afirmação basta verificar a participação dos pais nas escolas onde o abandono é maior. Daí torna-se imprescindível envolver os pais e ou encarregados de educação na vida escolar dos seus educando, fazendo com que se sintam mais envolvidos no processo em causa.

Existem alunos que abandonam as escolas visando ajudar os pais na obtenção dos rendimentos, na realização de trabalhos domésticos, e a cuidar dos irmãos mais novos. No caso dos rapazes, a libertinagem, consentido pelos pais poderá influenciar o abandono. No que se refere às crianças deficientes, os gestores estão sempre atentos, dando importância à Educação Especial que merecem. Para alguns gestores o ratio/aluno turma poderá influenciar o abandono, sobretudo quando o professor não consegue dar cobertura a todos tendo em conta que o mesmo é de 35 alunos/turma.

De acordo com uma análise dos dados estatísticos referentes ao ano lectivo 2004/05²⁷ das escolas do EBI do concelho da Praia, verificamos que a taxa de abandono, é mais acentuada nos rapazes do que nas meninas.

Ainda verifica-se alguns constrangimentos que as escolas de EB enfrentam, como a falta de um projecto educativo de escolas, a ausência quase permanente dos parceiros como as ONG'S, empresas entre outros, levando assim a não realização de actividades pré-definidas para melhor desenvolvimento do ensino.

Por outro lado, a falta de segurança dentro e fora da escola, a ausência de vedações em algumas delas, a fraca ligação escola/ comunidade que se traduz na baixa participação dos pais nas actividades escolares também são alguns dos constrangimentos que muito têm afectado o desenvolvimento das escolas, e que leva a que muitas delas promovam apostas fortes na colaboração dos pais, dos professores para que juntos criem condições necessárias para o desenvolvimento tanto da escola como da zona onde esta está inserida.

²⁷ Fonte: Delegação do MEES -Praia

CAPITULO VI. Conclusão/ Recomendações (Propostas de Melhoria)

O desenvolvimento do presente trabalho de memória permitiu-me extrair algumas conclusões que, do meu ponto de vista, são importantes dentro do sistema educativo cabo-verdiano. Constata-se que, a afectação das despesas publicas à educação consiste em conceder respostas as demandas do ensino e a melhoria da qualidade.

Actualmente são visíveis os problemas que se colocam ao sistema educativo, sobretudo, no que se refere ao nível da qualidade, participação dos pais e ou encarregados de educação, entre outros.

A questão da participação dos pais na vida escolar dos filhos preocupam de que maneira os responsáveis, tendo em conta o desenvolvimento de um ensino /aprendizagem de qualidade nas escolas básicas do concelho da Praia, sendo que o interesse por isso deve ser preocupação de todos.

No conjunto dos pais com fraco rendimento, o abandono escolar dos filhos tende a ser elevado, por diversas razões a saber:

- ✓ Instabilidade no trabalho que se traduz na fraca capacidade de custear as despesas escolares dos seus filhos;
- ✓ Fraca capacidade instrutiva;
- ✓ A responsabilidade dos filhos é deixada a cargo dos vizinhos que segundo o inquérito constitui cerca de 36.1%, e dos familiares

Os pais com maiores rendimentos são os que têm menor número de filhos e maior participação na vida escolar das localidades ou zonas.

Apesar das grandes limitações, em termos de recursos financeiros, o ICASE vem tendo um importante papel na execução da política do Governo em matéria de acção social escolar, quer por um lado, na lógica de criação de condições para a melhoria do sistema educativo, visando a garantia da qualidade e sustentabilidade quer, por outro na lógica da promoção da equidade e igualdade de oportunidade no apoio aos alunos oriundos de famílias economicamente fragilizadas.

Não obstante os novos desafios decorrentes da grande expansão do sistema educativo, vêm sendo tomadas medidas que garantam a qualidade e sustentabilidade.

O Ensino Básico, por ser obrigatório e gratuito, agrava a carência dos recursos financeiros necessário para fazer face às despesas, nomeadamente da construção e

manutenção dos espaços escolares, segurança dentro e fora da escola, da higiene, da aquisição de materiais didácticos, pequenos programas de saúde escolar na escola bem como o subsidio de projectos educativos etc. de diversa ordem.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Alias, ela é sinónima de participação, acção colectiva, responsabilidade, melhor qualidade, mais competitividade, reforma curricular, eficiência, eficácia, produtividade, orientadora das novas tecnologias de informação, etc.

O dever com a educação é de responsabilidade do Estado e da Família. Na verdade, é um regime de co-responsabilidade social, sendo que o primado do dever fica com o Estado, entendido aqui como o Poder Público representado por entidades governamentais municipais.

A família, por seu turno, tem o dever de educar os filhos, a responsabilidade de matriculá-los, em idade escolar, nas instituições de ensino, em fim de acompanhar o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso. Esse carácter obrigatório dá-se a partir dos seis ou sete anos e estende-se aos 11/ 12 anos de idade, o que correspondente ao acesso ao ensino obrigatório. Zelar pela frequência à escola também é responsabilidade da família e do Estado.

Mas também, a escola por seu lado poderá desenvolver uma participação efectiva dos pais, promovendo a sua co-responsabilização e partilha na tomada de decisões acerca dos assuntos que dizem respeito ao processo educativo em geral. Ou seja, não se pode esperar que tenham uma participação meramente figurativa na comunidade educativo, quando o que é necessário é estabelecer uma nova visão da gestão nas escolas.

Nesse contexto, a participação dos pais na comunidade educativa passa também pelo esclarecimento e pela acção das suas associações, uma vez que educação é um processo que deve envolver um conjunto de profissionais nomeadamente os professores, pedagogo, psicólogo, dos pais, das várias estruturas escolares, das próprias câmaras municipais. Pois, é fundamental pensar se na formação dos pais para a educação dos filhos.

Em suma, o sector da educação tem grande repercussão na política económica que, dificilmente será ultrapassado devido ao contexto socio-económico e demográfico do país. Todavia, é notório o papel do estado, pois, a educação em Cabo Verde é um sector prioritário público.

Por ultimo, conclui-se que mais de 50% das escolas básicas do concelho não possui os dados informatizados o que implica a ineficiência no acesso oportuno das informações, que

assume hoje um papel estratégico no desenvolvimento das organizações/escolas, sendo a informação é hoje um dos factores estruturados do funcionamento e da evolução social.

6. 1. Recomendações/Propostas de melhoria

A escola como instância de socialização e propícia para assegurar finalidades sociais e éticas na formação dos recursos humanos com que o país contará, assume um papel decisivo na formação de cidadãos num contexto de participação democrática e consciente na vida pública exigindo-se-lhe, pois, que contribua para o desenvolvimento global e integral dos jovens.

As propostas e acções aqui apresentadas serão, certamente, utilizadas de diferentes maneiras. Cada escola/ pólo fará as opções alternativas, adequando-as à realidade ou reagrupando-as de acordo com cada contexto. Não são válidas só para o concelho da Praia, mas sim para todo país.

- ✓ Apostar numa gestão aberta e democrática em que todos dêem as suas contribuições para o melhor desenvolvimento do ensino básico do concelho, ou seja, apostar numa gestão participativa e na sensibilização de todos nesse processo tão relevante para a sociedade;
- ✓ Incentivar a cooperação entre as escolas e empresas consiste em fomentar que sejam parceiras de pleno direito no processo formativo. Nos nossos dias já não é possível considerar-se o papel da empresa apenas o de entidade que procura indivíduos formados para colmatar as suas necessidades empresariais e ou fornecer um complemento de formação. Ela deve ser um produtor importante do conhecimento;
- ✓ A elaboração de um projecto educativo²⁸ de escola a partir de uma ampla discussão institucional e devidamente acordado em valores e nas características específicas das comunidades instituições educativas;
- ✓ Desenvolver com os professores, projectos no sentido de reduzir os gastos das famílias e incentivar o envolvimento dos pais na vida escolar dos seus filhos,

²⁸Programa educativo que visa as mesmas possibilidades para a comunidade social formando o homem, desabrochando nele uma mentalidade que cada um saísse do ensino com uma visão autónomo.

para além da sua integração nas actividades a serem levadas a cabo, através da criação de associações de pais;

- ✓ A participação dos pais na elaboração dos projectos educativos da escola;
- ✓ Valorizar a escola, o que significa também dotar os alunos e os professores de recursos pedagógicos essenciais e suficientes, tais como livros, cadernos e outros materiais que possibilitem a produção de outros para cada vez melhor educação;
- ✓ Desenvolver junto da comunidade local e entre os agentes directamente envolvidos com a escola, a consciência de que ela é propriedade da comunidade e que a sua conservação e manutenção deve ser preocupação de todos;
- ✓ Incentivar a informatização das escolas básicas, possibilitando melhor acesso a informação;
- ✓ As orientações políticas devem ir de encontro aos problemas identificados centrando nos objectivos da mesma;
- ✓ Dar resposta a expansão do sistema de forma equilibrada;
- ✓ Os critérios de repartição do investimento devem levar em consideração as regiões menos desfavorecidas;
- ✓ Manter sempre actualizadas as fichas dos alunos;
- ✓ Envio de uma ficha informativa aos pais e ou encarregados de educação, relatando os progressos e as dificuldades do aluno;
- ✓ Garantir a igualdade de acesso e sucesso a todos os alunos

BIBLIOGRAFIAS

- AFONSO, Maria Manuela (2002). *Educação e Classes Sociais em cano Verde*. Spleen Edição. Praia;
- BORGES, Victor. *Participação dos pais nos custos da educação: uma visão global. Carta aberta aos cabo-verdianos* [Papel]. A SEMANA. Janeiro de 2003, pag.25;
- CARDOSO, Isabel Vieira. *Sistema educativo: Custos, Financiamento e sustentabilidade*. Monografia (licenciatura em ...) Universidade Jean Piaget Praia. UP 2005Agosto de 2005; Monografia:
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Avaliação do Sistema Educativo Brasileiro: tendência e Perspectiva*;
- CERDEIRA, João Pedro; Reis, Inês B; Antunes, Rui. *A educação é para todos: Modelos e propostas educativos para o ensino*;
- IIEP - *Coûts, Despesas et Financement de l'éducation*, Paris:UNESCO-Institute International l'éducation, deuxième édition, juin 1986;
- GAGO, José Mariano. *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal. Departamento da Programação e Gestão Financeira*;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Estratégico para a educação*. Janeiro 2003;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Acção para todos: PNA-EPT*. Outubro 2003;
- GOVERNO DE CABO VERDE. *Programa Municipal de luta contra a pobreza*. 1997;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Quadro das despesas sectoriais a médio prazo-2005-2007*, versão preliminar
- HALLAK, J. *Coûts et Despesas en Education*, Paris:UNESCO, Institut International de Planification de l'éducation,1969;
- ICASE. *Decreto— Lei nº 20/96, de 17 de Junho*, que aprova Novos Estatutos;
- ICASE. *Decreto— Lei nº 41/96, de 21 de Outubro*, que define o regime jurídico da Residências Públicas;
- ICASE. *Decreto nº 139/83, de 31 de Dezembro*;
- ICASE. *Documento do ante-projecto de Novos Estatutos do ICASE*;
- ICASE. *Projecto de Apoio ao pagamento no ensino secundaria*. Versão 2. Outubro de 2002;
- ICASE. *Regulamentos dos vários Programas Sócio Educativos: Documentos do Plano Estratégico do ICASE*;
- ICASE. *Relatório de Actividades*, 2002;
- INE. *Censo 2000*. Praia: INE, Agosto de 2001;
- INE. *Projeção da população ate 2010*;

- INE. *Projecção da População por idade e por concelho Ano de 2004*;
- MATOS, Alice & Rosabal, Maritza. Equipa coordenadora da *pesquisa qualitativa 2002*;
- ME/MED. *Revisão das despesas públicas da educação*. Cabo verde 2002;
- MECD, GEDSE/PROMEF. *Relatório do custo unitário publico da educação*: Componente económica. Maio 2001;
- MEVRH. *Decreto – Regulamentar nº 4/98 de 27 de Abril*;
- MEVRH. *Decreto-lei nº 14/97 de 24 de Março*;
- MEVRH. *Lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro* Lei de Base do Sistema Educativo;
- MICHAELOWA, Katharina. *Dépenses d'éducatio, Qualité de l'éducation et pouvereté: L'exemple de cinq pays Francophone*. Abril 2000;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Desafios e Perspectiva*, Novembro de 1992;
- NT: www.yahoo.com – Financiamento no mundo;
- NT: www.yahoo.com- papel do planeamento na tomada decisões 24/04/06-16.35mnG;
- PÉANO, Serge IIPE & Rahaririaka, Richardd. DPE: *Le financement de l'enseignement primaire et secondaire malgache*, Paris 1997;
- INSTITUTO NACIONAL de ADMNISNISTRAÇÃO. *Projecto de Consolidação das Actividade Administrativas Públicas Técnicas de Planeamento*, Agosto 2004;
- SHEEHON, John. (1975). *A economia da educação*: Zahar Editores, Rio de Janeiro
- TIBE, Claude. *Les determinants des coûts: une perspective international*. Paris: 1987;
- VAIZEY, J & Chesswas J.D. *La Planification de L'enseignement: évaluation des coûts*. Troisieme edition;
- WOODHALL Maureen. *L'analyses Coûts et Bénéfice dans la Planification de L'éducation*.

ANEXOS

Quadro 1. Evolução da população da Cidade da Praia; 1970-2000

Sexo	1970	1980	1985	1990	2000
Homens	11 230	17899	23 307	29 330	45 069
Mulheres	11 246	20326	26 293	32 314	49 092
H/M	22 476	38125	49 600	61 644	94 161

Fonte: Censos 1970/80/90/2000.* Projecções da DGP (Direcção Geral do Plano)

Quadro 2. Densidade populacional do Concelho

Concelho	Superfície em Km2	Habitantes por Km2	
		1990	2000
Cabo Verde	3985	85,7	109,1
Praia	258,1	276,2	410,9

Fonte: INE

Quadro 3. População residente no ano 2000

Habitat	Mulheres	Homens	Total
Total	54 770	50 183	104 953
Rural	5 678	5 114	10 792
Urbano	49 092	45 069	94 161

Quadro 4. Estrutura das despesas públicas por níveis de ensino em 2005²⁹

Níveis de ensino	Despesas em contos	Estrutura	% do PIB em milhões de contos
Educação pré-escolar	38011.072	0.96%g	0.04%
Ensino Básico	2252140210	56,78	2,39
Alfabetização de adultos	54356616	1,37	0.06
Ensino Secundário	1411054041	35,57	1,49
Instituto Pedagógico	51270568	1,29	0,05
Ensino Superior	90950809	2,29	0,1
Eng. Ciências do mar	68785912	1,73	0,07
Total	=		

Quadro 5. Comparação entre o Orçamento do Estado e Orçamento do Ministério da Educação

<i>Orçamento</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>
Geral do Estado	22.838	27.346	29219	35501	32522	35285
Funcionamento	11.539	14.398	15.022	21.656	18607	19075
Investimento	11.299	12.947	14.196	13844	13915	16.209
MEVRH	4.938	6298	5.610	6.785	6.632	7.684
Funcionamento	3.189	3.363	3.394	4.777	4.826	5.018
Investimento	1.749	2935	2.216	2.008	1.805	2.666

²⁹ Monografia: Sistema Educativo: Custos, Financiamento e sustentabilidade

Quadro 6. Peso das despesas com a educação no PIB e no OGE

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Peso das despesas com a educação no PIB (%)	8.6	7.3	6.7	7.1	7.7	7.5	6.7	7.3	7.15
Peso das despesas com a educação no OGE (%)	16.6	17.6	18.7	18.4	24.3	22.6	22.1	24.0	22.0

Quadro 7. Rede Escolar do EBI da Praia

	Nome da Escola	Localização	Sede do polo nº
1	Achada São Filipe	Achada São Filipe	I
2	Achada Grande Trás	Achada Grande Trás	II
3	São Tomé	São Tomé	
4	Ponta d'Água I	Ponta d'Água	III
5	Ponta d'Água II	Ponta d'Água	
6	Calabaceira	Calabaceira	IV
7	Vila Nova	Vila Nova	V
8	Moinho	Moinho	
9	Paíol	Paíol	VI
10	Lém Cachorro	Lém Cachorro	
11	Castelão	Castelão	VII
12	Achada Mato	Achada Mato	
13	Achada Grande Frente	Achada Grande Frente	VIII
14	Lém Ferreira	Lém Ferreira	
15	Monte Vermelho	Monte Vermelho	IX
16	SOS	SOS	X
17	Lavadouro	Lavadouro	XI
18	Fazenda	Fazenda	XII

	Nome da Escola	Localização	Sede do pólo nº
19	Bairro	Bairro	XIII
20	Eugénio Lima		
21	Eugénio Lima - Rotunda	Eugénio Lima	XIV
22	Nova Assembleia	Nova Assembleia	XV
23	Nova Escola Presidência	Achada Santo António	XVI
24	Escola Central	Achada Santo António	
25	Esc. Brasil	Brasil	
26	Eugénio Tavares	Eugénio Tavares	XVII
27	Várzea	Várzea	XVIII
28	Tira Chapéu I	Tira Chapéu	XIX
29	Tira Chapéu II	Tira Chapéu	
30	Terra Branca	Terra Branca	XX
31	Luar	Luar	
32	Bela Vista	Bela Vista	
33	São Martinho Grande	São Martinho Grande	XXI
34	Calabaceira C. Velha	Calabaceira C. Velha	
35	Palmarejo Grande	Palmarejo Grande	
36	Cidade Velha	Cidade Velha	XXII
37	Salineiro	Salineiro	
38	São Pedro	São Pedro	XXIII
39	Pensamento	Pensamento	
40	Chã de Igreja	Chã de Igreja	XXIV
41	Porto Mosquito	Porto Mosquito	
42	Gouveia	Gouveia	
43	Mosquito d' horta	Mosquito d' horta	
44	Santana	Santana	XXV

	Nome da Escola	Localização	Sede do pólo nº
45	Pico Leão	Pico Leão	XXVI
46	Belém	Belém	
47	Tronco	Tronco	
48	Safende	Safende	XXVII
49	Trindade	Trindade	XXVIII
50	São Martinho Pequeno		
51	Matão		
52	João Varela		
53	São Francisco	São Francisco	XXIX
54	Vale da Custa		
55	Amor de Deus		

Questões de entrevistas

Entrevista destinada a Entidades Locais – ICASE

1- Nome da Entidade

2-Local

3- Data em que a instituição iniciou a actividade

4 - Quais os principais objectivos da instituição

5 - Quais as principais actividades que a instituição tem desenvolvido desde a sua fundação

6 – Que projectos futuros existem

7 – A nível do ensino básico, que tipo de intervenção a instituição leva a cabo

- Há algum apoio específico dirigido às famílias mais carenciadas?

8 – Como é que a instituição identifica as famílias carenciadas para apoios

9 - Quantas famílias a nível do concelho da Praia costumam beneficiar

10 - Em que modalidade a instituição costuma apoiar

- 11 - Como avalia o desempenho da entidade em relação contribuição nos custos da educação
- 12 – Que parcerias com outras entidades congéneres afim de ter mais recursos para contribuir
- 13 - Quais os constrangimentos encontrados até agora no cumprimento dos seus objectivos

Entrevistas destinados aos Gestores de Pólo

- 1- Tempo de serviço
- 2- Nome do Pólo onde trabalha
- 3- Ratio aluno/turma
- 4- O gestor tem identificado alunos com dificuldades existentes na escola
- 5- Que estratégias de intervenção em benefício das crianças com dificuldades
- 6- Que projectos educativos há em prol das crianças desfavorecidas da escola
- 7- Que parcerias para a implementação dos projectos existentes
- 8- Que impacto desses projectos para a comunidade educativa

Entrevista destinada a Entidades Locais – DELEG.

1- Nome da Entidade

2-Local

3- Principais atribuições da delegação da educação

5 - Quais as principais actividades que a instituição leva a cabo

7 – A nível do ensino básico, que tipo de intervenção a instituição leva a cabo

- Há algum apoio específico dirigido às famílias mais carenciadas?

8 – Como é que a instituição identifica as famílias carenciadas para apoios

9 - Quantas famílias a nível do concelho da Praia costumam beneficiar

10 - Em que modalidade a instituição costuma apoiar

11 - Como avalia o desempenho da entidade em relação contribuição nos custos da educação

12 – Que parcerias com outras entidades congéneres afim de ter mais recursos para contribuir

13 - Quais os constrangimentos encontrados até agora no cumprimento dos seus objectivos

5 - Considerações sobre o Ensino Básico Integrado

5.1- Existe escola de EBI na localidade onde vive?

Sim[]

Não[]

Se sim, a que distância da sua casa

< 10 minutos[]

10 a 20 minutos[]

20 a 30 minutos[]

> a 30 minutos[]

5.2 - Possui Pessoas do agregado familiar com idade inferior ou igual a 15 anos fora da escola?

Sim[]

Não[]

5.2.1 - Se sim, quantos_____

5.2.2 Indique o motivo:

Porque, não tenho possibilidades de custear os gastos -[]

Porque não existe escola de EBI na localidade onde vivo-[]

Porque fica em casa a cuidar do irmão mais pequeno-[]

Porque abandonou-[]

Outro motivo_____

6.1- Recebe apoio para custear os estudos do seu filho

Sim[]

Não[]

6.1.1- Se sim, indica o nome da instituição que apoia

6.2 -Costumas Contribuir mensalmente para o seu filho na escola:

Sim[]

Não[]

6.2.1- Se sim com quanto

Menos de 500\$00[]

500\$00 a 1000\$00[]

1000\$00 a 2000\$00[]

2000\$00 a 4000\$00[]

Mais de 4000\$00[]

6.3 - Em média quanto despende por ano por cada criança no ensino básico em:

Uniforme _____

Materiais didáticos _____

Lanche _____

Outras despesas _____

7. Na ausência dos pais em casa, quem cuida das crianças pequenas?

Avo[]

Tia/Tio[]

Vizinhos[]

Empregada doméstica[]

8 - Participa nas actividades da escola quando é pedido a participação dos encarregados da educação?

Sim[]

Não[]

8.1- Se sim com que frequência?

Sempre[]

Frequentemente[]

Ocasionalmente[]

Raras vezes[]

8.2- Costuma pedir informações sobre o desempenho do (s) seus filhos na escola?

8.2.1- Se sim com que frequência?

Sempre[]

Ocasionalmente[]

Raras vezes[]

8.3- O seu filho se mostra interesse em ir para a escola?

Sim[]

Não[]

9. Como avalia o desempenho dos professores da escola e do seu funcionamento?

Satisfatório[]

Pouco satisfatório[]

Mediocre[]

Sem informação[]

9.1 - Como considera o seu relacionamento com os professores?

Muito bom[]

Bom[]

Razoável[]

Mau[]

Sem opinião[]

Observações

Obrigado